



ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional
2ª Conferência Estadual das Cidades

Governo do Estado do Ceará

Lúcio Gonçalo de Alcântara

Governador

Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional

Alex Araújo

Secretário

Antônio Diógenes

Secretário Adjunto

Antônio Midauar

Secretário Executivo

Coordenadoria de Políticas Urbanas e Habitação

Lana Aguiar de Araújo

Coordenadora

Vania Lima Araripe

Orientadora da Célula de Planejamento e Gestão

Coordenação Executiva

Felipe Sobreira Rodrigues

Coordenador

Sandra Costa de Miranda

Marluce Aguiar Queiroz

Equipe Técnica



SUMÁRIO

1. Introdução

2. Histórico

3. Programação Realizada

4. Regulamento da 2ª Conferência Estadual das Cidades

5. Abertura da 2ª Conferência Estadual das Cidades

- Palavra do Secretário do Desenvolvimento Local e Regional - Alex Araújo
- Palavra do Secretário Executivo do Ministério das Cidades - Felipe Mendes de Oliveira
- Palavra do Governador do Estado do Ceará - Lúcio Gonçalo de Alcântara

6. Mesas de Debates

- 6.1 - Dinâmica dos Trabalhos
- 6.2 – Introdução aos Temas

7. Propostas Prioritárias – Uma Contribuição do Ceará à Política Nacional do Desenvolvimento Urbano

- 7.1. TEMA 01: Participação e Controle Social
- 7.2. TEMA 02: A Questão Federativa
- 7.3. TEMA 03: Política Urbana Regional e Metropolitana
- 7.4. TEMA 04: Financiamento do Desenvolvimento Urbano

8. Delegados Eleitos na Etapa Estadual para a 2ª Conferência Nacional das Cidades

9. MOÇÕES

10. ANEXOS

- 10.1 Delegados Eleitos na Etapa Municipal/Regional participantes da 2ª Conferência Estadual das Cidades
- 10.2 Delegados Indicados para Participar da 2ª Conferência Estadual das Cidades
- 10.3 Participantes das mesas de debates
- 10.4 Matriz de Propostas com respectiva priorização
- 10.5 Delegados Eleitos na Conferência Estadual para participar da Etapa Nacional
- 10.6 Decreto Estadual
- 10.7 Regimento Estadual
- 10.8 Comissão Preparatória Estadual
- 10.9 Registro Fotográfico



1. Introdução

Convocada pelo Governo Federal, através de Decreto do Ministério das Cidades, a 2ª Conferência das Cidades tem como lema: **“Reforma Urbana: Cidade Para Todos”**, sob o tema **“Construindo uma Política Nacional de Desenvolvimento Urbano”**, e como temas básicos para discussão: **Participação e Controle Social, Questão Federativa, Política Urbana Regional e Regiões Metropolitanas, Financiamento do Desenvolvimento Urbano.**

As conferências, reúnem representantes dos poderes executivos e legislativos, movimentos sociais e populares, entidades de classe, empresários, universidades, ONG's, instituições de pesquisa, entre outros, que discutem questões relacionadas aos temas propostos e cujos resultados servirão de base para a proposição de diretrizes à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, delineada na conferência de âmbito nacional.

O Governo do Estado do Ceará, por intermédio da Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional- SDLR coordenou, através da Coordenadoria de Políticas Urbanas e Habitação, as ações referentes à realização da 2ª Conferência Estadual das Cidades no Ceará e em âmbito nacional, caberá ao Ministério das Cidades, a coordenação da 2ª Conferência Nacional das Cidades ocorrerá de 30 de novembro a 03 de dezembro de 2.005 em Brasília - DF.

A 2ª Conferência Estadual das Cidades ocorreu nos dias 26 e 27 de setembro de 2.005 no Centro de Convenções do Ceará. Dos 691 delegados previstos, (sendo 591 eleitos na etapa municipal/regional, e 100 indicados), 413 delegados participaram efetivamente da conferência estadual. Os 591 delegados municipais foram eleitos através da realização de 05 conferências regionais que envolveram 55 municípios e 87 conferências municipais, o que totalizou 142 municípios cearenses que participaram do processo.

O presente relatório descreve os resultados da conferência estadual, detalhando a programação realizada, o regulamento aprovado, a metodologia utilizada nas mesas de debates dos temas propostos para discussão e definição das propostas prioritárias a serem encaminhadas para a etapa nacional, os delegados eleitos e as moções aprovadas no evento.



2. Histórico

O processo de realização da Conferência Estadual das Cidades no Ceará foi precedido da realização das conferências Regionais e/ou Municipais ocorridas no período compreendido entre 20 de abril a 31 de julho. Dos 184 municípios cearenses, 142 realizaram suas conferências e destes 55 municípios fizeram suas conferências em através da realização de 05 conferências regionais e 87 em âmbito municipal, conforme quadro 01 e mapa 01.

Observa-se um aumento considerável no número de municípios que participaram do processo se comparado com a 1ª conferência que contou com a participação de 96 municípios. Observa-se ainda uma maior adesão à realização de conferências em âmbito regional, quando nesta conferência 55 municípios participaram de 05 conferências regionais.

Foram eleitos nas conferências municipais/regionais um total de 591 delegados, dos 142 municípios assegurando a representação dos diferentes segmentos previstos no regulamento nacional e estadual.

Quadro 01

MUNICÍPIOS POR MACRORREGIÃO QUE REALIZARAM CONFERÊNCIAS

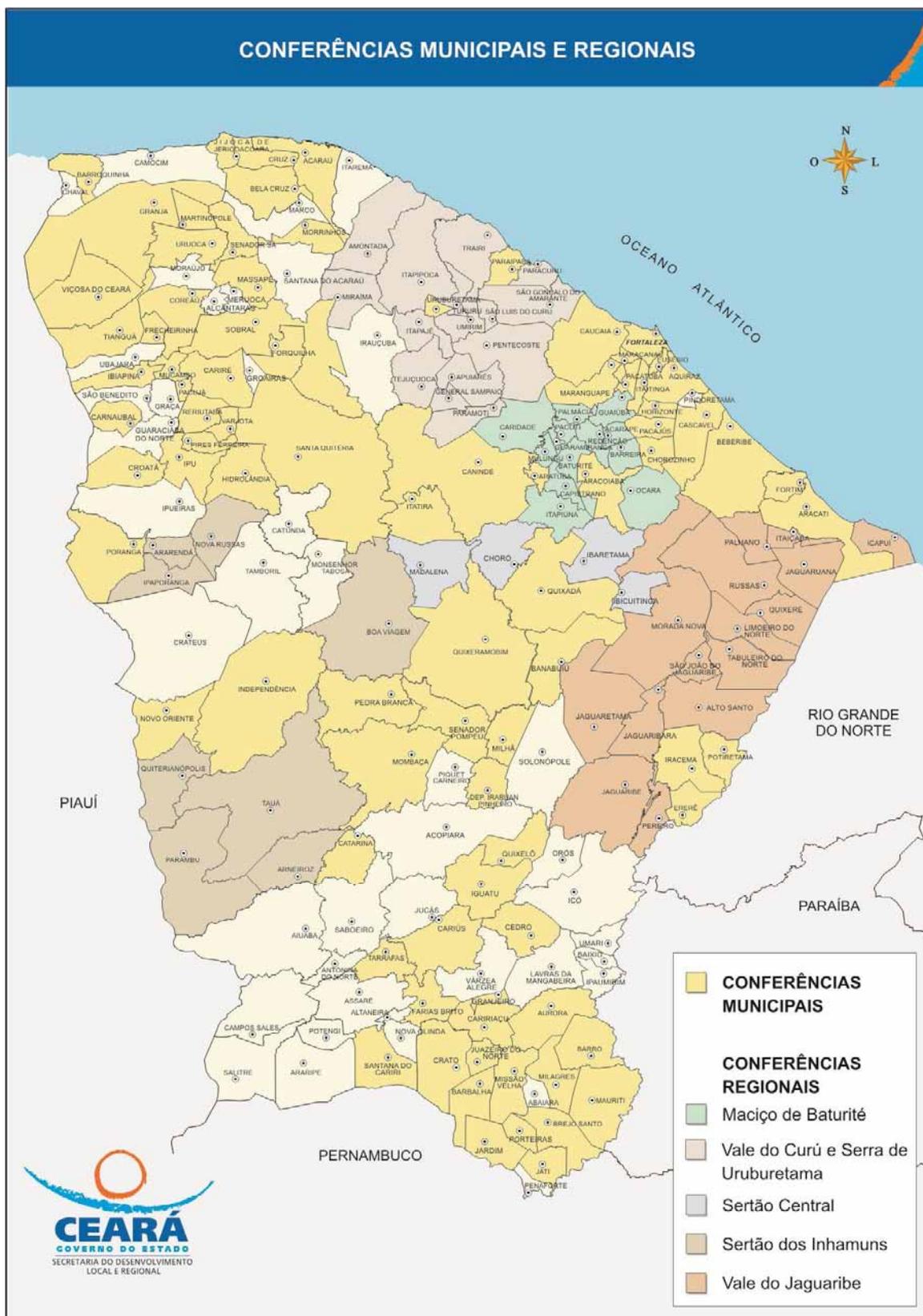
Nº	MACRORREGIÕES ADMINISTRATIVAS DO ESTADO DO CEARÁ	Nº DE MUNICÍPIOS X CONFERÊNCIAS DAS CIDADES					% REALIZADO
		Nº MUNICÍPIOS	CONFERÊNCIAS REALIZADAS			NÃO REALIZADAS	
			MUNICIPAL	REGIONAL	TOTAL		
1	R.M.F	13	11	2	13	0	100
2	LITORAL OESTE	27	11	12	23	4	85
3	SOBRAL / IBIAPABA	29	20	0	20	9	69
4	SERTÃO DOS INHAMUNS	16	3	7	10	6	63
5	SERTÃO CENTRAL	21	11	8	19	2	90
6	BATURITÉ	13	2	11	13	0	100
7	LITORAL LESTE / JAGUARIBE	23	7	15	22	1	96
8	CARIRI / CENTRO SUL	42	22	0	22	20	52
TOTAL		184	87	55	142	42	77



ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional
2ª Conferência Estadual das Cidades

MAPA 01

CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS/REGIONAIS REALIZADAS NO CEARÁ





3. PROGRAMAÇÃO REALIZADA

2ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DAS CIDADES

CONSTRUINDO A POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Local: Centro de Convenções do Ceará Edson Queiroz

26 E 27 DE SETEMBRO DE 2000

PROGRAMAÇÃO

Dia 26 de setembro

- | | |
|-------|---|
| 17:00 | Credenciamento de Delegados e Convidados |
| 18:30 | Leitura do Regimento e Aprovação do Regulamento |
| 19:00 | Apresentação Cultural
Solenidade de Abertura
Governador do Estado do Ceará
Secretário Executivo do Ministério das Cidades
Secretário do Desenvolvimento Local e Regional
Representante da Assembléia Legislativa
Representante da Prefeitura Municipal de Fortaleza |
| 20:30 | Coquetel |

Dia 27 de setembro

- | | |
|-------|---|
| 8:00 | Cont. do credenciamento de Delegados e Convidados |
| 9:00 | Mesas de Debates
Tema 1 – Participação e Controle Social
Tema 2 – Questão Federativa
Tema 3 – Política Urbana Regional e Metropolitana
Tema 4 – Financiamento do Desenvolvimento Urbano |
| 12:00 | Almoço |
| 14:00 | Eleição dos Delegados para a 2ª Conferência Nacional |
| 16:00 | Plenária Final
Apresentação das Proposições
Leitura da Relação dos Delegados Eleitos |
| 18:00 | Encerramento |



4. REGULAMENTO

O Regulamento foi aprovado na manhã do dia 27.09 ficando com o seguinte texto:

REGULAMENTO DA 2ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DAS CIDADES

CAPITULO I DOS OBJETIVOS

Art. 1º - A 2ª. Conferência Estadual das Cidades do Estado do Ceará, convocada por Decreto Estadual Nº 27.754 de 01 de abril de 2005, será realizada de 26 a 27 de setembro de 2005 em Fortaleza, no Centro de Convenções do Ceará, situado à av. Washington Soares, s/n, com os seguintes objetivos e finalidades:

I - Propiciar organização adequada ao cumprimento das finalidades de que trata o art. 1º do Regimento Estadual desta Conferência;

II - Garantir a participação efetiva dos representantes dos diferentes segmentos, sem contrariar o que prevê o Regimento da Conferência Estadual, nas diversas mesas de debates e em reuniões plenárias, permitindo-se discussões objetivas e conclusões que favoreçam a formulação de propostas que correspondam aos objetivos da própria Conferência Estadual, no âmbito do Temário em questão;

III - Eleger os delegados estaduais, conforme definido no Anexo II do Regimento Federal, que irão representar o Estado do Ceará na Conferência Nacional das Cidades, a se realizar em Brasília durante o período de 30 de novembro a 03 de dezembro de 2005;

IV - Elaborar o Relatório Estadual da 2ª. Conferência, contemplando a consolidação das propostas encaminhadas pelas mesas de debates e aprovadas em Plenária, bem como outros registros pertinentes aos objetivos desta Conferência.

CAPÍTULO II DA REALIZAÇÃO

Art. 2º - A 2ª. Conferência Estadual das Cidades utilizará as dependências do Centro de Convenções do Ceará, em Fortaleza, disponibilizando locais onde se realizarão a solenidade de abertura, os trabalhos das mesas de debates, e a plenária de encerramento, de acordo com a programação estabelecida e distribuída entre os participantes.

Art. 3º - Os delegados definidos nas Conferências Municipais, os delegados indicados pelo Poder Público Estadual, abrangendo o Executivo e o Legislativo, bem como os convidados, serão credenciados a partir das 17:00 horas do dia 26 de setembro, em balcão instalado no interior do Centro de Convenções, onde receberão os respectivos crachás, com a indicação de cores distintas, de acordo com a condição de cada participante.

§1º - O credenciamento se estenderá até a manhã do dia 27 de setembro, limitado o prazo ao início dos trabalhos das mesas de debates, às 09:00 horas.

§2º - Nenhum credenciamento será permitido, se o nome do participante não constar das relações emitidas pela Coordenação Executiva da Conferência Estadual, salvo se houver uma autorização específica para tal, referendada pelo Coordenador Estadual.



ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional
2ª Conferência Estadual das Cidades

§3º - No momento do credenciamento, deverão ser respeitados os limites de participantes estabelecidos para cada mesa de debate, sendo vedada a participação em mais de uma mesa.

Art. 4º - As mesas de debates, em número de 04 (quatro), contarão com um moderador e um sistematizador contratados pela Secretaria de Desenvolvimento Local e Regional.

Art. 5º - A solenidade de abertura da 2ª Conferência Estadual das Cidades será às 19:00 horas do dia 26 de setembro de 2005, logo após a leitura do Regimento Estadual e a aprovação deste Regulamento, que se dará em sessão plenária, às 18:00 horas do mesmo dia.

Art. 6º - O início dos trabalhos no dia 27 de setembro será às 09:00 horas, com as mesas de debate, finalizando às 12:45 horas para o almoço. Os trabalhos serão retomados às 14:00 horas com as reuniões de cada segmento, definidos pelo Regimento Federal, para a escolha dos delegados estaduais, finalizando às 16:00 horas. A Plenária Final, para apresentação do resultado dos trabalhos e dos nomes dos delegados estaduais, terá início às 16 horas.

Parágrafo único - O almoço ocorrerá no próprio local da Conferência, conforme horário estabelecido no caput deste artigo.

CAPÍTULO III

DO FUNCIONAMENTO E METODOLOGIA DOS TRABALHOS

Art. 7º - O tema será desenvolvido pelo moderador, de forma sucinta e objetiva, visando motivar as discussões e a apresentação de propostas voltadas, prioritariamente, para atender as questões formuladas em cada tema.

Art. 8º - Nas mesas de debates, em um total de 04 (quatro), conforme a temática apresentada pelo Regimento Estadual, as participações terão caráter expositivos, propositivos e deliberativos, quando serão tiradas as propostas para apreciação na plenária final, observando a priorização de 03 proposições para cada tema.

§1º - Cada mesa de debate contará com um moderador e um sistematizador, que conduzirão todo o trabalho.

§2º - Cada Plenária das mesas de debates será dividida em grupos, os quais gerenciarão os próprios trabalhos, garantindo a participação de todos.

§3º - Os integrantes de cada grupo discutirão as propostas referentes ao tema correlato, considerando a sua relevância e priorizando-as, a partir da metodologia apresentada para o desenvolvimento dos trabalhos de cada mesa de debate.

§4º - As decisões sobre quaisquer propostas ocorrerão, invariavelmente, por maioria simples dos votantes.

CAPÍTULO IV

DA ELEIÇÃO DOS DELEGADOS

Art. 9º - Respeitados os limites indicados no Anexo II do Regimento Federal, definidos para o Estado do Ceará, os diversos segmentos representados na Conferência Estadual, articular-se-ão para definir seus representantes para participarem da 2ª Conferência Nacional das Cidades.



ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional
2ª Conferência Estadual das Cidades

CAPÍTULO VI
DO RELATÓRIO DA CONFERÊNCIA

Art. 17 - As propostas aprovadas em Plenária Final, bem como os relatórios produzidos nas mesas de debates, serão recolhidos pelos relatores, sob a responsabilidade da Coordenação Executiva, com vistas à elaboração do Relatório Final e dos Anais da 2ª Conferência Estadual das Cidades.

Art. 18 - O Relatório Final deverá ser finalizado em até 05 (cinco) dias úteis após a realização da Conferência, e ser encaminhado aos seguintes destinatários:

- Delegados eleitos para a Conferência Nacional das Cidades;
- Prefeitos Municipais;
- Governador do Estado;
- Ministério das Cidades.

Parágrafo único - além da distribuição aludida, os documentos oficiais da 2ª Conferência Estadual devem ser disponibilizados, em meio eletrônico, pela Secretaria de Desenvolvimento Local e Regional do Governo do Estado do Ceará.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 19 - Durante a Conferência, a Coordenação Executiva poderá solicitar a colaboração e delegar competência específica a qualquer integrante da Comissão Preparatória da Conferência Estadual das Cidades, visando suprir necessidades eventuais.

Art. 20 - O presente Regulamento, elaborado e aprovado pela Comissão Preparatória Estadual, terá aplicação prática após ser aprovado pela Plenária Inicial da 2ª Conferência Estadual das Cidades, conforme disposto no art. 5º.

Art. 21 - Os casos omissos ou conflitantes constados após a sua aprovação serão decididos pela Coordenação Executiva da 2ª Conferência Estadual das Cidades



5. ABERTURA

A abertura oficial da II Conferência das Cidades ocorreu no dia 26 iniciada com o credenciamento dos delegados e convidados e logo após, foi lido para a plenária, o regulamento que nortearia a condução dos trabalhos.

No tocante à discussão e aprovação do Regulamento, foi questionado por parte de alguns dos delegados presentes o quantitativo dos delegados por segmentos, argumentando estes a baixa representação dos movimentos sociais em detrimento do percentual destinado ao setor público (gestores, administradores e legislativo estadual e municipal) e empresários. Foi esclarecido pelo coordenador estadual, que os critérios foram definidos pelo ministério das cidades, sendo validados através do decreto e regimento nacional, cabendo à coordenação estadual apenas cumprir o que estava definido.

Foi ainda questionado o custeio da ida dos delegados para a etapa nacional, tendo a plenária defendido uma proposta de que o Governo do Estado deveria bancar os custos por meio aéreo. Foi argumentado que o custeio estaria garantido, sendo que por meio terrestre.

Considerando a polêmica em torno da questão levantada foi adiada para o início da manhã seguinte a aprovação do regimento para não atrasar a abertura solene do evento.

Em seguida foi apresentada uma atração cultural com a participação do Grupo *hip-hop* “*Dragão do mar*” , constituído por jovens adolescentes que abrilhantaram a solenidade de abertura .

Logo após se deu à composição da mesa para a sessão solene de abertura, a saber:

- Lúcio Gonçalo de Alcântara – Governador do Estado
- Felipe Mendes de Oliveira – Secretário Executivo do Ministério das Cidades
- Deputado Chico Lopes – Representando o Presidente da Assembléia Legislativa do Estado
- Olinda Marques – Presidente do HABITAFOR – Representando a Prefeita Municipal de Fortaleza

Após a composição da mesa foram executados, o Hino Nacional e o Hino do Ceará pelo músico saxofonista Carlos Magno.



4.1 Palestra e Discursos de Abertura

A abertura dos trabalhos se deu pelo Secretário do Desenvolvimento Local e Regional – SDLR - Senhor Alex Araújo, que proferiu a palestra abaixo, transcrita na íntegra:

Exmo. Sr. Governador do Estado do Ceará, Lúcio Gonçalo de Alcântara

Exmo. Sr. Secretário Executivo do Ministério das Cidades, Felipe Mendes de Oliveira

Exmo. Sr. Deputado Estadual, Chico Lopes, que aqui representa a Assembléia Legislativa

Meus colegas Secretários de Estado

Srs. Delegados e Sra. Delegados

Senhoras e Senhores

É com grande satisfação que abrimos os trabalhos da Segunda Conferência Estadual das Cidades, contribuindo para a construção da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano.

A Conferência contará com a participação de 632 delegados, representantes dos 142 municípios que realizaram suas conferências municipais e representantes dos poderes executivo e legislativo estadual. Além da discussão dos temas básicos – questão federativa; participação e controle social; política urbana regional e metropolitana e financiamento do desenvolvimento urbano – estaremos escolhendo os 68 delegados que participarão da Conferência Nacional, em Brasília, no período de 30.nov a 3.dez.

À Comissão Preparatória Estadual coube a tarefa de conduzir os trabalhos prévios que culminam neste importante evento, consolidando todo o material gerado nas etapas municipais. Também assumiu a responsabilidade de fazer cinco reuniões preparatórias – discutindo a temática básica da conferência mais a questão dos indicadores de desenvolvimento urbano – aprofundando o debate conceitual em torno da problemática da política urbana.

Os temas referidos, escolhidos para esta Conferência já dão idéia da complexidade do assunto: não há clareza sobre os papéis institucionais dos entes federados; existe pouca capacidade dos municípios menores terem acesso a recursos – mesmo aos que são “a fundo perdido”; a participação social deve ser assegurada do planejamento à execução das ações; e os pactos metropolitanos, salvo raras exceções, não funcionam no Brasil.

Mas essas dificuldades estão sendo encaradas. A criação do Ministério das Cidades, no âmbito federal, a democratização do debate desses problemas nas Conferências das Cidades, a sistematização do processo no Conselho Nacional das Cidades mostram os rumos indicados pelo Governo Federal.

No âmbito estadual, a política de desenvolvimento urbano conjugada com a política de desenvolvimento regional tem significado mais recursos e ações de apoio às cidades.



ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional
2ª Conferência Estadual das Cidades

Capacitação de equipes municipais; planejamento urbano, saneamento básico, transportes e habitação de interesse social estão sendo priorizados para investimento por parte do Governo do Estado.

Como exemplos citam-se a conclusão, no início deste ano, dos últimos PDM, de um total de 48 financiados diretamente pelo Governo do Estado e o volume de investimento na habitação para os anos de 2005 e 2006, que supera o valor de R\$ 100 milhões, sem falar da grande prioridade conferida à questão do saneamento básico – tema priorizado pelo Governo estadual.

Mesmo com esses avanços, é impossível negar que a responsabilidade dos delegados desta Conferência é enorme. O Brasil vem passando por um processo acelerado de urbanização de sua população, impondo aos responsáveis pelas políticas públicas maior determinação no desenho e execução das ações de desenvolvimento urbano. A problemática da habitação, o desafio da mobilidade urbana, a dificuldade de acesso à infra-estrutura de saneamento, o crescimento da pobreza nas metrópoles, o planejamento e a gestão das cidades são temas hoje de grande relevância para inclusão social e redução da pobreza.

O momento é oportuno, portanto, para avançarmos no enfrentamento desses desafios – de forma democrática e participativa: premissas básicas desta Conferência.

Por fim, quero apresentar meus agradecimentos à equipe preparatória pelo trabalho realizado e, mais particularmente ao grupo executivo formado pelas Arquitetas Lana Aguiar e Vânia Araripe e pelo Arquiteto Felipe Rodrigues.

Minhas boas vindas a todos os municípios, aos seus delegados, aos prefeitos municipais, às casas legislativas, às representações de movimentos sociais, lideranças comunitárias e a todos que, neste esforço coletivo, se juntam para que possamos ajudar a promover e construir uma política de desenvolvimento urbano para o Brasil.

Sejam bem-vindos e que tenham um ótimo trabalho.

Muito obrigado!

Logo após a palestra do secretário Alex Araújo, o representante do Ministério das Cidades – Sr. Felipe Mendes de Oliveira fez uso da palavra, destacando o sentimento de amor pelo Estado do Ceará, por ter em sua juventude, tido a oportunidade de morar em Fortaleza para cumprir seus estudos, vindo do vizinho Estado do Piauí. Ressaltou a importância do evento e os objetivos do ministério em realizar a Conferência das Cidades.

Encerrando a solenidade de abertura, foi passada a palavra ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Senhor Lúcio Gonçalo Alcântara, sendo abaixo transcrita sua fala:

Exmo. Sr. Secretário Executivo do Ministério das Cidades, Felipe Mendes de Oliveira

Exmo. Sr. Deputado Estadual, Chico Lopes, que aqui representa a Assembléia Legislativa



ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional
2ª Conferência Estadual das Cidades

Exma. Sra. Olinda Marques Presidente do HABITAFOR – representando aqui a Prefeitura Municipal de Fortaleza

Quero cumprimentar o Secretário do Desenvolvimento Local e Regional – Alex Araújo e em nome dele quero cumprimentar todos os secretários aqui presentes.

Quero cumprimentar todos os Prefeitos e Prefeitas em nome da Prefeita Emília Granja de Nova Jaguaribara.

Cumprimentar os delegados municipais da conferência, os representantes das associações comunitárias, os líderes comunitários, todas essas pessoas que acabei de mencionar, são aquelas que estão que estão diretamente envolvidas nessa problemática do dia a dia das grandes cidades.

Queria aqui cumprimentar o Secretário do Desenvolvimento Local e Regional Alex Araújo, e em nome dele cumprimentar todos os secretários e secretárias aqui presentes (sai)

Senhoras e Senhores

Eu vim aqui participar, ainda que rapidamente, desta cerimônia de abertura e deixar consignado o meu interesse em prestigiar, em facilitar, em favorecer os trabalhos desta conferência, que teve todo um trabalho anterior que foi a realização das conferências municipais ou regionais. O trabalho de toda essa equipe que se envolveu na realização das ações que precederam a conferência estadual.

É um tema muito importante. A criação do Ministério das Cidades para alguns, pode parecer que a resposta ainda seja tímida diante da dimensão dos problemas que confrontamos, mas serve como tomada de consciência do governo federal para com os governantes estaduais e entidades da sociedade civil, de como a questão da cidade é importante e fundamental.

O Brasil é um país que se urbanizou rapidamente. Foi uma urbanização que se deu em função do êxodo desordenado do interior, de tal maneira que os problemas se acumularam, cresceram também rapidamente.

A pressão sobre as cidades, a demanda por emprego, serviços, habitação, equipamentos urbanos, transporte, tudo isso transforma as nossas cidades, principalmente as grandes cidades, num desafio enorme. Há necessidade de lidarmos com essas questões de maneira muito setorial. A cidade é um cenário aonde transforma a vida de milhões de brasileiros e é aí nesse cenário que está toda a grande parte dos problemas maiores - da educação, da saúde, dos serviços urbanos de uma maneira geral. E como financiar esses serviços? Como dar uma resposta rápida a essas necessidades. Então, tudo isso deve ser discutido nessa conferência, como já foi na primeira. Tivemos aqui, na ocasião, a presença do então ministro Olívio Dutra e temos que continuar discutindo essas questões.

A conferência é sempre um momento importante para se trazer a debate, não só com a participação dos técnicos, das autoridades federais, estaduais e municipais, mas o cidadão que afinal de contas é quem vive nas cidades, é quem sofre as carências, as necessidades que existem e que são muitas e que são desafios permanentes para nós todos. E aí, destaca-se o problema de articulação nos diferentes níveis de governo, articulação do governo com a sociedade; como nós podemos lidar com essas questões



ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional
2ª Conferência Estadual das Cidades

para termos respostas mais rápidas e viáveis, factíveis, que decorrem, não só do interesse que se dê a essas questões, mas do processo social, da participação na busca de soluções e também a dimensão legal, institucional.

Que instrumentos nós dispomos do ponto de vista da legislação, como nós podemos fazer com que eles atuem em favor de uma cidade mais justa, mais humana, uma cidade onde as pessoas realizem todo o seu potencial, toda a sua capacidade, que possam encontrar aí o estuário para concretização de suas aspirações e de seus sonhos.

Porque na verdade o problema das cidades tem uma anterioridade que muitas vezes nós não percebemos mais, porque uma medida que vai produzir efeitos posteriores altamente nocivos às cidades, muitas vezes essas medidas ocorrem em um momento em que ninguém toma consciência do que aquilo significa. Há pouca mobilização, há pouca atenção para esses problemas, de tal maneira que muitas vezes são decisões que só mais tarde vão ser percebidas, e a população na verdade tem que se antecipar. A cidade tem um dinamismo, ela tem uma velocidade de transformação que muitas vezes nos surpreende, surpreende a população que não se advertiu oportunamente do que aquilo ia significar para a cidade num futuro às vezes nem tão remoto.

Então, é uma situação que demanda uma mobilização permanente de instâncias que possam atuar sobre os diferentes instrumentos legais, institucionais; que requer um acompanhamento permanente.

Daí a Conferência das Cidades ser também um momento culminante de todo esse processo, pela forma como ela se constitui, como ela se organiza e como as discussões vão se processar; e é também um momento muito importante para uma revisão do que se propôs na 1ª conferência e o que se conseguiu.

Eu me lembro de algumas pessoas que acompanharam a minha atuação à frente da Prefeitura de Fortaleza. Nós criamos um espaço chamado Fórum Adolfo Hebbster. Ele era temático e contava com participação popular; se escolhia um tema a cada ano e no ano seguinte a nossa primeira providência era realizar um balanço sobre o que o fórum havia proposto e as realizações. Com base nessa dinâmica, tínhamos percentuais bastante elevados de implementação de medidas, então, é interessante também essa memória.

O que foi a 1ª Conferência? É claro que a gente sabe: muita coisa que não acontece depende de leis, depende do judiciário, depende de recursos, mas é importante fazer um balanço sobre o que aconteceu, que propostas foram implementadas e as que não foram por que não foram, quais foram as dificuldades e que ajustes nós precisamos fazer naquelas propostas iniciais.

Temos às vezes uma visão idealista, uma visão às vezes radical, embora sejam propostas justas mas as circunstâncias não permitem que elas sejam adotadas, então vamos fazer um balanço de tudo isso para saber o que se conseguiu avançar, o que ainda precisa ser feito, que idéias novas precisam vir, sejam para ajustar aquelas idéias iniciais, sejam idéias totalmente novas. De repente se cria um momento político favorável a uma idéia criativa, enfim, é uma luta permanente, é um trabalho que não termina e que precisa ser feito constantemente e que requer avaliações também.

Por fim, como já estamos com a hora avançada, eu não quero me alongar, mas deposito uma esperança muito grande nessas reuniões, nos debates, na troca de opiniões francas,



ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional
2ª Conferência Estadual das Cidades

sinceras, opiniões que têm que está ancoradas na realidade. A realidade não é um exterminador de sonhos, não pode ser visto assim, mas é um chamado pragmático, o que é que nós podemos de imediato fazer, o que nós podemos avançar, e isso só vai se dar através do trabalho em conjunto. Tem que haver integração. Não quero fazer “chover no molhado”, tem gente aqui que conhece os problemas mais que eu, mas não é demais repetir, integração tem que ter – com a comunidade, o município, o estado e a união. Só assim a gente vai conseguir avançar, derrubando preconceitos, reduzindo certas distâncias que às vezes nos separam e que são impeditivas de avanços; que nós precisamos fazer, afinal de contas, os problemas estão aí, demandam por soluções, alguns deles de muita gravidade, mas nós temos que procurar fazer com aquilo que nós dispomos para continuarmos avançando.

Um grande abraço e muito obrigado!

6. MESAS DE DEBATES



As Mesas de Debates constituíram-se em espaços de aprofundamento das principais questões /propostas de cada tema, cujo eixo norteador é a concepção da política nacional de desenvolvimento urbano.

6.1 DINAMICA DOS TRABALHOS

As mesas de debates iniciaram as 9:45 horas e terminaram aproximadamente às 13:00 horas do dia 27. Na abertura das mesas de debates, foi apresentada para todos os participantes a forma de trabalho planejada, com vistas ao alcance dos objetivos fixados para o evento.

A reflexão para o debate foi iniciada pelas moderadoras de cada tema, que apresentaram questões sobre os mesmos, ressaltando sua importância para a política de desenvolvimento urbano, assim como as preocupações do Ministério das Cidades registradas nos documentos preliminares, cujo teor deveriam nortear as discussões naquela manhã. Tudo isto, somado às experiências práticas no campo governamental e não governamental de cada um dos presentes, e ainda, considerando as propostas oriundas das conferências ocorridas em nível municipal e/ou regional.

Foram realizadas quatro mesas de debates conforme definição temática da conferência, quais sejam: (i) participação e controle social, (ii) questão federativa, (iii) política urbana regional / metropolitana e (iv) financiamento da política urbana .

Cada mesa contou com um moderador e um sistematizador externos, que orientaram o processo de trabalho a ser desenvolvido. Visando o enriquecimento das discussões cada plenária das mesas de debates foi subdividida em quatro grupos.

Os participantes receberam o “manual do participante” contendo todos os passos da metodologia proposta, que na ocasião foi exposta pelo moderador da mesa de debate. Foram informados também, que todo o processo de discussão e construção das propostas acerca dos temas levou em consideração as contribuições oriundas das conferências municipais/regionais, consolidadas pela equipe da SDLR com a colaboração da equipe de moderação.

Após a explanação do tema por um dos membros da equipe de condução dos trabalhos, foi apresentada a metodologia para funcionamento dos grupos. Cada mesa de debate instituiu quatro grupos identificados pelas cores: azul, verde, rosa e amarelo. Inicialmente, cada grupo elegeu três representantes para ocuparem as funções de *coordenador*, *relator* e *apresentador*. Logo após, os participantes, seguindo a orientação do manual, realizaram leitura individual das propostas para em seguida discuti-las coletivamente. Este momento se prestou também à tarefa de qualificar as propostas a partir de possíveis ajustes.

Cada grupo foi orientado a elaborar, se necessário, outras duas propostas, podendo agrupar às sugeridas pelas conferências municipais/regionais.



Após o estudo e apresentação de novas propostas, o relator de cada grupo encaminhou as novas proposições para o sistematizador a fim de que fossem incorporadas à matriz de propostas.

A seguir, a partir das discussões empreendidas no tocante às modificações e sugestões de novas propostas os grupos procederam à seleção de 08 propostas mais prioritárias, usando para tanto técnica de priorização, onde cada delegado atribuiu nota às propostas por ele selecionadas. As notas foram atribuídas por ordem decrescente, sendo 8 aquela dada para a proposta mais prioritária dentre as selecionadas, a nota 7 aquela atribuída à proposta considerada em 2º lugar, a nota 6 para o terceiro lugar, e assim, sucessivamente, até a nota um para aquela em oitavo lugar em termos de prioridade.

Ao término da priorização, os relatores realizaram o somatório de cada proposta votada, solicitando que cada delegado divulgasse as notas dadas a cada uma para constar em formulário próprio entregue pelo moderador. Em seguida o apresentador de cada grupo apresentou as pontuações em papel “flip chart” para todos. Num segundo momento, os apresentadores marcaram os resultados da priorização no papel flip e anunciaram a sequência de classificação por ordem de prioridade.

A elaboração e consolidação das propostas para encaminhamento a plenária, foi o passo seguinte, resultado do trabalho conjunto entre coordenadores, relatores, apresentadores de cada grupo, apoiados pelo moderador e sistematizador.

Após a apresentação das 08 propostas priorizadas por cada grupo, o moderador fez a síntese final agregando os ajustes e os destaques sugeridos por cada apresentador.

No final da tarde, as propostas de trabalho de cada mesa de debates, foram apresentadas por um componente do grupo, na plenária final. Foram lidas as oito propostas, ficando a discussão restrita às três propostas mais votadas. No entanto, a plenária foi orientada a fazer sugestões às demais propostas, por escrito.

6.2. INTRODUÇÃO AOS TEMAS

6.2.1. MESA DE DEBATE 01 – PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

A Mesa de Debate nº 1- Participação e Controle Social contou com 113 participantes e teve como apresentadores: José Moreira de Andrade e Maria Cristina Alencar de Medeiros.

A introdução ao tema objetivou ampliar o conhecimento teórico e prático dos delegados, a cerca de alguns aspectos ético-políticos e conceituais mais discutidos por estudiosos desta temática na contemporaneidade.e foi conduzida por Socorro Martins –assistente social.

A introdução ao tema objetivou ampliar o conhecimento teórico e prático dos delegados, acerca de alguns aspectos ético-políticos e conceituais mais discutidos por



ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional
2ª Conferência Estadual das Cidades

estudiosos desta temática na contemporaneidade, e foi conduzida por Socorro Martins – Assistente Social.

Num primeiro esforço de problematizar o tema, as reflexões de Nogueira (1998)¹, fornecem pistas fecundas para se delinear alguns desafios postos ao exercício da participação e do controle social, no âmbito do desenvolvimento da Política Urbana.

Perceber tais desafios requer uma reflexão inicial sobre a natureza dos movimentos de mudança que fizeram história no processo político brasileiro. O autor defende que, em razão das nossas revoluções não terem conseguido construir uma institucionalidade democrática com ampla incorporação social, os processos de transição política, quase sempre, estiveram condicionados por transações elitistas, conciliações e tratamentos discriminatórios. As mudanças tornaram-se meros ajustes de composição de forças e a nossa revolução burguesa, ao mesmo tempo em que perenizou certas formas coloniais de poder, inibiu a constituição de uma tradição democrática, disseminou uma cultura política entranhada pelos vícios do patrimonialismo e do autoritarismo, e consolidou um Estado distante da Política, alheio aos processos democráticos e com baixa capacidade de incorporar demandas sociais.

Tal quadro parece apontar para uma equação delicada: como recuperar o sentido da Política, concebendo o cidadão, aquele mesmo pensado por Rousseau, como único e singular no processo de tomada de decisões – se as propostas reformadoras do Estado e as contradições da democracia representativa não param de esvaziar a Política?

- É possível que o enfrentamento de tal desafio se situe na superação do preconceito de que o Estado seja a própria encarnação do mal, e por isso, descartável;
- É possível que a saída esteja na construção de um novo enfoque para a relação entre Estado e sociedade, referenciada na construção de consensos e pactos políticos.
- É possível que, para tudo isso acontecer, seja necessário aliar, de forma equilibrada, vontade política, ética e participação revolucionária. Neste caso, o ato de participar recupera a dimensão pública, à medida que os cidadãos organizados abandonem a condição de meros coadjuvantes, tornando-se, assim, parceiros permanentes no esforço coletivo de instituir uma cultura de divisão de responsabilidades.

Esse modelo de participação é o que Pateman (1992)² qualifica como pleno, ou seja, aquele em que todos os indivíduos têm igual influência no processo decisório. Por todas estas questões e, porque se adota a mesma concepção de política referenciada em Weber – para quem política é o esforço de se conquistar o possível – a partir de várias tentativas de atingir o impossível, conclui-se que, pensar possibilidades de participação e controle social, no contexto da Política Urbana, é assumir, como desafio, a travessia do impossível ao possível. Este enfoque aproxima-se do pensamento de Hannah Arendt

¹ Nogueira (1998), em sua obra **As possibilidades da política**: idéias para a reforma democrática do Estado, sugere um quadro interpretativo da realidade brasileira delineado por um conjunto de temas que ajudam a pensar as possibilidades da política.

² PATEMAN (1992), em sua obra **Participação e teoria democrática**, sintetiza o conceito de participação a partir de três modelos: a pseudo-participação (quando somente autoridades são consultadas); a participação parcial (muitos tomam parte no processo, mas só uma minoria decide) e a participação plena (todos têm igual peso e influência no processo decisório).



ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional
2ª Conferência Estadual das Cidades

(1998)³ para quem o sentido da política estaria na conquista da liberdade política de homens e mulheres, livre de qualquer relação de dominação.

A despeito do colapso do sistema de representação política e das condições precárias que têm acompanhado os processos de mobilização da sociedade, o desenvolvimento da Política Urbana, referenciado no Estatuto da Cidade e no efetivo funcionamento dos Conselhos das Cidades, poderá encarnar a esperança no restabelecimento do sentido da Política e na revalidação do espaço público estatal. Para tanto, torna-se indispensável avaliar: em que medida estas intenções permeiam os objetivos e diretrizes dessa Política? Que setores conseguirão garantir uma representação mais qualitativa nos Conselhos das Cidades? Em que níveis os movimentos sociais e as organizações não-governamentais terão conhecimento das ações e decisões desses Conselhos? Que meios podem ser usados no fortalecimento destes Conselhos? Em que medida os instrumentos de gestão da Política Urbana conseguirão romper com as práticas personalistas e patrimonialistas de gestão da coisa pública?

Isto posto, e retomando à questão inicial, acredita-se que a superação destes desafios será possível quando, pela via da participação democrática e do controle social, os cidadãos compreendam o real sentido da Política, adquirindo através do verdadeiro agir político, a capacidade de colocar o Estado sob controle e a serviço da cidadania.

Passando à matriz de propostas, inicialmente com onze proposições, foram acrescentadas mais sete, passando a referida Matriz a contar com dezenove (19) propostas.

³ ARENDT (1998) defende que o domínio da liberdade é o que dá sentido à política e pressupõe uma relação plural entre homens e mulheres.



6.2.2. MESA DE DEBATE 02 – A QUESTÃO FEDERATIVA

A Mesa de Debate nº 02 - A Questão Federativa contou com 41 participantes. A introdução ao tema teve como finalidade ampliar o conhecimento teórico e prático dos delegados.

Inicialmente foi destacada pela moderação aspectos importantes abordados no Fórum Temático que contou com a participação do prof. Jair do Amaral. O mesmo enfocou que a questão federativa vem sendo debatida não só no Brasil, mas no mundo todo. Atualmente, é uma questão que está na ordem do dia, porque há uma crise política instalada, mormente a crise fiscal do Estado Federal, combinada com as transformações promovidas pela Constituição de 1988. Antes mesmo dessa crise política se instalar, assistimos um processo de desintegração do pacto federativo, estabelecido em 1988. Talvez este momento atual seja de coroamento da desintegração desse pacto federativo.

Destacou o federalismo brasileiro como um tipo de federalismo reprimido, isto é, um federalismo marcado pela centralização e uma autonomia relativa por parte dos entes federais. Todos os países do mundo, federados ou não, passaram por um processo de descentralização. A primeira razão disso é o consenso sobre a idéia de que as instâncias locais e seus processos de decisão levam vantagens sobre as instâncias governamentais centrais. Outra razão diz respeito à questão da experimentação e da novidade, isto é, a diferenciação nas experiências locais podendo apoiar melhores ofertas de serviços públicos em contraposição aos pacotes prontos do governo central. Como terceira razão, o Professor aponta a tese relacionada ao tamanho do Estado, suas políticas e influência. A tese segundo a qual, quanto menor o tamanho do aparelho estatal, mais eficiente é o resultado, em termos de alocação de recursos e de eficiência de suas políticas públicas.

A Constituição de 1967 foi bastante inovadora, do ponto de vista das características do federalismo porque divide as responsabilidades fiscais das autoridades federais. Além disso, criou o Fundo de Participação de Estados e Municípios, fundamental para o federalismo, do ponto de vista da equalização estrutural entre os entes federais.

A grande inovação da Constituição de 88 foi considerar o município como ente federal, no mesmo nível dos estados. Outra novidade destacada foi o aumento das quotas dos estados, e principalmente dos municípios, junto ao Fundo de Participação. Outra grande inovação daquela Constituição foi a descentralização das políticas sociais, que vinham em processo de instalação, antes mesmo de 88, basicamente nas áreas de saúde, educação, habitação e saneamento. Na educação e na saúde houve realmente descentralização, mas não aconteceu nas áreas de habitação e saneamento, persistindo essa carência de um desenho nacional claro e definido sobre os papéis federativos para o exercício dessas duas funções.

Nos anos 90, destaca-se que a Lei de Responsabilidade Fiscal que só foi instalada em 2003, ajudando a restringir a má gestão dos recursos públicos.

Após a reflexão teórica, passou-se à metodologia. Dois dos subgrupos acrescentaram 3 (três) novas propostas (grupo amarelo: duas propostas e grupo azul: uma proposta), bem



como realizaram alterações nas propostas já existentes. Finalizando a discussão de todas as propostas, em um total de 11 (onze), cada participante atribuiu peso de 0 (zero) a 8 (oito) aos itens que considerava prioritários.

6.2.3. MESA DE DEBATE 03 – POLÍTICA URBANA REGIONAL E METROPOLTANA

A terceira mesa de debate intitulada Política Urbana Regional e Metropolitana contou com 118 pessoas. A sistematizadora, Elisabete Romão, iniciou a discussão sobre o tema apresentando uma breve reflexão acerca de questões levantadas pelo Ministério das Cidades que interferem na Política Urbana como forma de nortear as discussões que iriam iniciar. Também destacou o processo de realização das várias conferências municipais e regionais cuja culminância se daria nas conclusões retiradas nesta Conferência Estadual.

Conforme os dados do Ministério das Cidades, nos últimos cinquenta anos, o grau de urbanização no Brasil saltou de 30 para 80%, ocasionando forte diferenciação entre estados, regiões, cidades e no interior destas. Como consequência, operou-se a concentração populacional sem o correspondente crescimento da oferta dos serviços urbanos, e assim, a precariedade das condições de vida. Faz-se necessário, portanto, repensar o desenvolvimento urbano e regional visando uma ocupação menos desigual do território brasileiro e admitindo a diversidade regional.

O Ministério das Cidades aponta pelo menos três hipóteses de desenvolvimento das cidades brasileiras:

- Favorecimento às cidades com economias menos dinâmicas: busca por reverter os baixos padrões de desenvolvimento destas cidades; o processo de urbanização deve estar articulado com o incremento da economia.
- Criação de novas centralidades urbanas: para servir como suporte ao desenvolvimento econômico de suas regiões e reorientar os fluxos migratórios.
- Priorização das Regiões Metropolitanas: a ação do Estado deve privilegiar as grandes metrópoles onde estão concentradas: a população, a riqueza, o desequilíbrio ambiental e as disparidades sociais.

Feita esta introdução ao tema, passou-se à metodologia de priorização das propostas. Para o tema Política Urbana Regional e Metropolitana foram trabalhadas nove propostas, inicialmente, ou seja, de A a I. Ao todo, os grupos apresentaram 05 novas propostas que receberam a codificação: J, L, M, N, O. Após a priorização, as propostas G, H e I foram retiradas e as novas propostas, O e M, foram incorporadas. As oito propostas prioritárias



foram apresentadas na Plenária Final pelo Sr. Wellington Bezerra, representante da Prefeitura Municipal de Maracanaú, escolhido como apresentador do Grupo.

6.2.4. MESA DE DEBATE 04 – FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO URBANO

A mesa de debates Financiamento das Políticas de Desenvolvimento Urbano contou com 60 pessoas. A sistematizadora, Danyelle Nilin, iniciou a discussão sobre o tema ressaltando a importância do financiamento e captação de recursos para as políticas de desenvolvimento. Lembrou as preocupações do Ministério das Cidades e as questões que deveriam nortear as discussões naquela manhã, a saber:

- O financiamento do desenvolvimento urbano constitui condição para a continuidade do crescimento econômico do país;
- Não há falta de recursos para financiamento, mas limitações de recursos a fundo perdido (não onerosos) e restrições para o endividamento público;
- Desafio: articulação dos investimentos definidos pelas emendas parlamentares com as diretrizes estabelecidas nas conferências das cidades e em planos regionais e locais de desenvolvimento urbano;
- A qualificação dos gastos públicos;
- O financiamento urbano não é atribuição exclusiva da União;
- Diante disso, i) Quais as alternativas para ampliar os recursos e o financiamento do desenvolvimento urbano? ii) Quais devem ser as prioridades dos três entes federados? iii) Como articular de forma eficiente os recursos dos três entes federados? iv) Quais as políticas, medidas e instrumentos que devem ser adotados pelos municípios para viabilizar uma arrecadação própria para o financiamento do desenvolvimento urbano? v) Como viabilizar a articulação de recursos para financiamento e recursos não onerosos para o desenvolvimento urbano?

Feita a reflexão inicial, os grupos de trabalho passaram a discutir a Matriz de propostas. Ao todo foram incluídas mais 04 propostas que receberam a codificação (N, O, P, Q). Apenas um único grupo não apresentou nenhuma proposta (grupo azul).

O resultados da priorização e consolidação final da matriz de propostas apresenta-se a seguir:



7. PROPOSTAS PRIORITÁRIAS

7.1. PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL - TEMA 01

PROPOSTAS PRIORITÁRIAS

PROPOSTA 01

- ✚ Criar o conselho estadual da cidade e apoiar a criação dos conselhos municipais, de forma paritária, de caráter deliberativo, com a participação de representação dos diferentes segmentos sociais, inclusive os segmentos de gênero, raça/etnia, sexualidade, geração e pessoas portadoras de necessidades especiais, com condições de funcionamento e orçamento assegurado (por lei) para implementação, controle e fiscalização da política de desenvolvimento urbano;

PROPOSTA 02

- ✚ Reafirmar o orçamento participativo enquanto processo de conquista popular e multiplicar as ações promovendo o orçamento participativo nas três esferas de poder, com a efetiva participação popular;

PROPOSTA 03

- ✚ Elaborar e implementar os planos diretores municipais, com a efetiva participação da população e da sociedade civil organizada e através dos conselhos municipais da cidade (meio ambiente, saúde, popular, etc);

OUTRAS PROPOSTAS – CONTRIBUIÇÕES

PROPOSTA 04

- Levar a discussão da LDO / PPA/Orçamento participativo para dentro das escolas, como conteúdo transversal, criando uma nova cultura de responsabilidade social.

PROPOSTA 05

- Realizar o mapeamento/diagnóstico da realidade dos conselhos de participação social existentes nos municípios, visando estabelecer uma política de capacitação e formação continuada, com enfoque na temática de política urbana e legislação pertinente, através da realização de cursos, seminários e palestras, dentro outros



eventos, visando fortalecer e qualificar suas atuações e o desempenho eficiente de suas funções

PROPOSTA 06

- Instituir Programas de Capacitação de Conselheiros municipais e estaduais, e demais lideranças comunitárias, sindicais, etc., com enfoque na temática da política urbana e legislação pertinente, através da realização de cursos, seminários e palestras, dentre outros eventos, visando fortalecer e qualificar suas atuações e o desempenho eficiente de suas funções;

PROPOSTA 07

- Estimular o processo de organização das comunidades para melhoria do desenvolvimento urbano e estimular parcerias entre o poder público, ongs, movimentos sociais e populares, fortalecendo as ações de interesse da sociedade.

PROPOSTA 08

- Criar ouvidorias e garantir nas já existentes o atendimento as questões de interesse das cidades, nos três níveis de governo –federal, estadual e municipal;

7.2. A QUESTÃO FEDERATIVA – TEMA 02

PROPOSTAS PRIORITÁRIAS

PROPOSTA 01

- ✚ Definir, de forma clara, o papel, a competência e as atribuições da União, Estado e Município, no tocante ao Desenvolvimento Urbano de Cidades e Regiões, com elaboração de instrumentos legais, principalmente quanto à habitação, saneamento, trânsito/transporte, meio ambiente e planejamento urbano, e implementar ampla campanha de divulgação das competências de cada ente federado.

Sugestões de Competências:

UNIÃO

- a) Financiamento e implementação de amplo Programa de Regularização de Imóveis Urbanos, articulado com o Estado e municípios;
- b) Financiamento do Sistema de Saneamento Ambiental ;
- c) Elaboração de programas e financiamentos, com subsídios para moradias de interesse social, de Construção de Moradias e Melhorias Habitacionais urbanas e rurais e regulamentação do Fundo Nacional de Habitação;



ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional
2ª Conferência Estadual das Cidades

- d) Financiamento de Projetos de Preservação Ambiental em áreas urbanas e rurais;
- e) Elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento Urbano das Cidades e regiões, tendo o Conselho Nacional das Cidades como instância propositiva e deliberativa na alocação de recursos e definição de prioridades, de forma articulada com os Conselhos Estaduais e Municipais observado o princípio Tripartite de Gestão ;
- f) Alocação de outros recursos não previstos para o Desenvolvimento Urbano, observada a relação e exigência do Desenvolvimento Rural em projetos integrados ;
- g) Manutenção/ recuperação de rodovias federais

ESTADO (REGIÃO):

- a) Orientar e apoiar a implementação de Consórcios entre o Estado, Regiões e Municípios para a definição equilibrada de recursos e investimentos.
- b) Fiscalização de trânsito em rodovias estaduais;
- c) Garantia de segurança pública;
- d) Manutenção / recuperação de rodovias estaduais;
- e) Fomento à implantação de indústrias de forma articulada com o Município;
- f) Implementação de uma Política Estadual de Monitoramento e Acompanhamento de Programas e Ações, articulada com os municípios beneficiados;
- g) Garantia de implementação e financiamento, através de parcerias, de Programas de Desenvolvimento Urbano nos municípios (pavimentação, saneamento, eletrificação, habitação, equipamentos urbanos, etc; desenvolvimento econômico, social e capacitação de equipes técnicas municipais, etc);
- h) Criação de Conselho Estadual das Cidades, como instância propositiva, deliberativa e intermediadora, articulado e integrado aos Conselhos Municipais e Nacional;
- i) Elaboração e implementação de Planos Integrados de Desenvolvimento Regional articulados com os Municípios;
- j) Investimentos visando o desenvolvimento da zona rural, melhorando a qualidade de vida como estratégia de sustentabilidade.

MUNICÍPIO

- a) Fiscalização e controle dos investimentos públicos municipais, beneficiando a zona urbana e rural;
- b) Controle de posturas urbanas;
- c) Abertura, pavimentação e sinalização de ruas urbanas e estradas vicinais, melhoria de arborização e da iluminação pública, construção e manutenção de equipamentos públicos, programas de educação ambiental, etc.;
- d) Otimização e/ou implementação do sistema de arrecadação dos tributos municipais;
- e) Criação de Consórcios Públicos para fortalecer parcerias entre municípios e/ou outras esferas de Governo e instituições, com o objetivo de otimizar recursos;
- f) Efetivar a municipalização do trânsito e regularizar os serviços de táxi, moto-táxi e transporte alternativo;
- g) Criação do Conselho Municipal da Cidade;



ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional
2ª Conferência Estadual das Cidades

- h) Coleta sistemática e tratamento dos resíduos sólidos;
- i) Transporte escolar;
- j) Elaboração e implementação dos Planos Diretores, assegurando a continuidade entre mandatos eletivos;
- l) Garantia da universalização do abastecimento d'água para todo o Município, articulado com o Estado e a União;
- m) Mobilização da sociedade civil para participar do processo de elaboração e implementação de propostas e políticas de Desenvolvimento Urbano;
- n) Implementação de mecanismos legais e outros que garantam a Regularização Fundiária em áreas urbanas, articuladas, quando necessário com Estado e União.

PROPOSTA 02

- ✚ Formar Consórcios Públicos entre Municípios, Estado, União para: incentivar a agricultura; implantar aterros sanitários, sistema de reciclagem, pólos industriais, obras de infra-estrutura, sistema de transportes, estradas, equipamentos de saúde e educação, saneamento, etc, visando a geração de emprego e renda, o desenvolvimento sustentável urbano, econômico, ambiental, social e cultural de municípios e regiões. (Lei 11.107/05)

PROPOSTA 03

- ✚ Instituir uma Comissão Tripartite de Política Urbana, visando a justa distribuição dos recursos entre os entes federados (inclusive os recursos de emendas do OGU), para a execução da política urbana e criação de um Fundo de Desenvolvimento Urbano, gerenciado e financiado em sua maior parte pela União, com participação do Estado e Municípios.

OUTRAS PROPOSTAS – CONTRIBUIÇÕES

PROPOSTA 04

- Assegurar aos municípios no mínimo 1/3 da arrecadação tributária nacional.

PROPOSTA 05

- Criar e implementar Programas Nacionais de Capacitação Técnica dos Municípios, com o concurso da Comissão Tripartite de Política Urbana, visando a elaboração de projetos para a captação de recursos federais, estaduais e de outras fontes, voltados para o Desenvolvimento Urbano.



PROPOSTA 06

- Ampliar os incentivos técnicos, culturais, educacionais e financeiros para os municípios de baixa renda (principalmente na Região Nordeste), privilegiando os Programas de Crédito Popular

PROPOSTA 07

- Definir nacionalmente através da Comissão Tripartite de Política Urbana o arcabouço legal, as diretrizes gerais e o financiamento para a gestão das Regiões Metropolitanas (consórcios, conselhos, convênios, etc)., observando-se a necessidade, urgente de definição dos limites geográficos entre os Municípios.

PROPOSTA 08

- Promover, de forma integrada, a gestão sustentável de bacias hidrográficas das regiões, para garantir os usos múltiplos da água.

7.4.: POLÍTICA URBANA REGIONAL E METROPOLITANA- TEMA 03

PROPOSTA 01

- ✚ Promover o desenvolvimento urbano sustentável de forma mais equilibrada nos distritos e bairros, localidades e bairros, com a implantação de infra-estrutura, serviços e equipamentos públicos, visando reduzir as desigualdades econômicas, sociais de gênero, etnia e das pessoas portadoras de necessidades especiais, garantindo acessibilidade a todos e obedecendo os planos diretores vigentes.

PROPOSTA 02

- ✚ Implantar a política nacional de habitação, através da elaboração de um plano diretor nacional participativo de habitação, que contemple, dentre outros, a habitabilidade, a construção e a melhoria de moradias populares de acordo com a realidade existente, priorizando os segmentos populacionais com renda inferior a dois salários mínimos, bem como as áreas vulneráveis e intraurbanas, criando o fórum nacional da habitação.

PROPOSTA 03

- ✚ Eliminar as desigualdades entre as várias regiões do país, através da distribuição mais equilibrada dos investimentos entre as regiões, assim como entre a capital do estado e as cidades do interior;



OUTRAS PROPOSTAS – CONTRIBUIÇÕES

PROPOSTA 04

- Elaborar planos de desenvolvimento regional e incentivar, com suporte financeiro, a elaboração de planos diretores participativos, inclusive nos municípios com menos de 20.000 habitantes, identificando potencialidades e definindo ações a serem realizadas de forma sustentável e planejada, condicionando a liberação dos recursos do plano nacional de desenvolvimento urbano à existência do plano diretor municipal

PROPOSTA 05

- Incentivar a formação de pólos econômicos regionais para fortalecer a Política Urbana e Rural, priorizando cidades com economias menos dinâmicas e investindo nas potencialidades locais;

PROPOSTA 06

- Incentivar o desenvolvimento regional de forma mais equilibrada, através do apoio a agricultura familiar e do fortalecimento do mercado interno e produção industrial, visando a redução das desigualdades sociais, através da geração de emprego e renda, possibilitando a reorientação dos fluxos migratórios destacando as potencialidades locais

PROPOSTA 07

- Sensibilizar e capacitar gestores municipais, servidores e munícipes visando a reforma urbana incluindo conhecimento, plano diretor participativo, o estatuto das cidades, agenda 21 e demais instrumentos de planejamento

PROPOSTA 08

- Implementar uma política de desenvolvimento urbano articulada com os princípios e valores da agenda 21, priorizando a gestão dos recursos hídricos com ênfase na participação popular que garanta a ampliação do saneamento básico, sintonizado com o programa nacional de educação ambiental



7.4. FINANCIAMENTO DA POLÍTICA URBANA - TEMA 04

PROPOSTA 01

- ✚ Viabilizar a implementação do Fundo Nacional de desenvolvimento urbano e a criar Fundos de Desenvolvimento Urbano Estadual e Municipal, com recursos dos respectivos entes federados, voltados para o financiamento de projetos e obras, locais e regionais, de estruturação urbana, habitação de interesse social, saneamento ambiental, mobilidade urbana, dentre outros, bem como definir os mecanismos de Gestão dos Fundos, valorizando os recursos e capacidades naturais, inclusive tecnologias e espaços produzidos, humanos e sociais, e políticos.

PROPOSTA 02

- ✚ Modernizar a máquina arrecadadora municipal com a implementação de um programa de capacitação e gestão formando um quadro técnico permanente com funcionários efetivos. O objetivo é maximizar as ações administrativas, de finanças e de negócios públicos, incrementando a melhoria da arrecadação das receitas próprias (IPTU, ISS, ITBI, Taxas, etc), a utilização dos instrumentos do Estatuto das Cidades (IPTU Progressivo, etc), e a captação de recursos existentes, em nível Estadual e Federal, a serem utilizados no desenvolvimento urbano dos municípios.

PROPOSTA 03

- ✚ Desburocratizar e simplificar o acesso aos financiamentos públicos federais destinados ao desenvolvimento urbano, notadamente à habitação de interesse social, saneamento, abastecimento e transporte, e à elaboração/revisão de Planos Diretores de Desenvolvimento.

OUTRAS PROPOSTAS – CONTRIBUIÇÕES

PROPOSTA 04

- Participar da discussão da reforma tributária propondo a descentralização dos impostos arrecadados para os municípios e o aumento dos percentuais a serem repassados principalmente para saneamento, habitação e estruturação urbana, visando a criação de um sistema eficiente e justo, de forma a assegurar as condições para o financiamento do desenvolvimento urbano.
Sugestão:



ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional
2ª Conferência Estadual das Cidades

Reduzir o percentual do superávit primário destinando os recursos para saneamento, habitação e estruturação urbana.

PROPOSTA 05

- Estabelecer parcerias (a exemplo das PPPs), convênios e consórcios, (ação consorciada, consórcios de município) entre o Poder Público (três níveis de governo), Iniciativa Privada e Sociedade Civil Organizada, para o financiamento de projetos, serviços e obras, voltados para o Desenvolvimento Urbano, inclusive através de incentivos fiscais e financeiros.

PROPOSTA 06

- Aprovar Lei Federal destinando um percentual do O.G.U. para financiamento de projetos nas cidades, de acordo com os Planos Diretores locais e/ou regionais, incluindo as propostas priorizadas pelo Conselho das Cidades, nas Leis Orçamentárias (PPA, LDO, LOA), nos três níveis de governo.

PROPOSTA 07

- Definir e implementar uma Política de Apoio , inclusive de subsídio, para os municípios com menores Índices de Desenvolvimento Humano e Econômico, municípios localizados na região do semi-árido e municípios com pequena base tributária, mas que apresentem esforços de arrecadação e melhoria dos indicadores sócio-econômicos.

PROPOSTA 08

- Ampliação dos investimentos do FAT e FGTS e incentivos fiscais para a instalação de entes que invistam na promoção social das cidades.



08. Delegados Eleitos na Etapa Estadual para a 2ª Conferência Nacional das Cidades

SEGMENTOS SOCIAIS	DELEGADOS TITULARES
PODER PÚBLICO ESTADUAL EXECUTIVO (6)	<ol style="list-style-type: none">1. José Diógenes Rocha Silva2. Lana Aguiar de Araújo3. Vania Lima Araripe4. José Moreira de Andrade5. Fernanda Ester Teixeira Lima6. Maria das Graças Azevedo Silva Pequeno
PODER PÚBLICO ESTADUAL LEGISLATIVO (3)	<ol style="list-style-type: none">1. Delegado Cavalcante2. Chico Lopes3. VAGO
PODER PÚBLICO MUNICIPAL EXECUTIVO (11)	<ol style="list-style-type: none">1. Raimundo Jovanil Pereira Oliveira2. Wanda Maria Martins Souto3. José Walney Costa Pinho4. Tarcísio Christianne Gomes da Silva5. Fábía de Sales Nogueira6. José Bezerra de Sousa Junior7. Alexandre Lúcio Nunes8. Valdecy Araújo Freitas9. Fábio Peixoto Cavalcante10. José Nivaldo Soares11. João Alcimo Viana Lima
PODER PÚBLICO MUNICIPAL LEGISLATIVO (5)	<ol style="list-style-type: none">1. Raimundo Pereira de Nojosa2. Francisco Celso Crisóstomo Secundino3. Amilson Marques da Silva4. José Rodrigues da Guia
MOVIMENTOS SOCIAIS E POPULARES (20)	<ol style="list-style-type: none">1. Marcos Amorim2. Regina Maria da Silva Severino3. José Alberto Silva Moreira4. Maria Dalva dos Santos5. Maria Eliane de Almeida Vaz6. Anderson Rafael Cavalcante Nunes7. Francisco Flávio Machado de Oliveira8. José da Silva Sousa (Zezinho)9. Maria José e Silva10. Mardônio de Lima Carneiro11. Cândido Pinheiro Pereira12. Antônio Eduardo Ferreira Nogueira13. Manuel Ferreira Lino14. Maria Letícia Cosmo Santos15. Francisco Antônio de Paula16. Maria Gorete Fernandes17. Francisca Tânia Pereira Dantas18. Gilvan Guedes19. Francisco Elenilson G. do Nascimento20. Edileuza



ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional
2ª Conferência Estadual das Cidades

SEGMENTOS SOCIAIS	DELEGADOS TITULARES
EMPRESÁRIOS (7)	<ol style="list-style-type: none">1. Carlos Roberto Carvalho Fujita2. Patriolino Dias de Sousa T. e Silva3. Paula Andréa Cavalcante Frota4. Antônio Arilo Sousa Silva5. Cleofas Queiroz6. Cristina Wu Shu7. Marcus Belmino B. Evangelista Filho
TRABALHADORES (7)	<ol style="list-style-type: none">1. José Milton Pereira da Costa2. Marta Brandão da Silva3. José Teles dos Santos4. Luis Antônio Ferreira da Silva5. Francisco Júlio de Araújo6. José Arlindo Sampaio Sielna Jr7. Maria da Conceição Silva Freitas
ONG'S (3)	<ol style="list-style-type: none">1. Valéria Pinheiro2. Antônio Gilvan Silva Paiva3. Luciano Xavier Ribeiro
ENTIDADES PROFISSIONAIS e ACADÊMICAS (5)	<ol style="list-style-type: none">1. Ascelino Teixeira Mendes Jr2. Adriano Paulino de Almeida3. Ivan da Silva Queiroz4. Francisco de Assis Guedes Barros5. Antonio Martins da Rocha Jr.
CONSELHOS FEDERAIS (1)	<ol style="list-style-type: none">1. Maria Carmelita Colares



10. MOÇÕES

Ao final foram apresentadas e aprovadas as quatro moções abaixo:

10.1. 1ª Moção: apresentada pelo grupo A Questão Federativa

- A II Conferência Estadual das Cidades do Estado do Ceará entende a necessidade urgente de ser efetivada a instalação do metrô de Fortaleza, servindo a toda a região metropolitana respectiva, pelo que exige uma postura inequívoca de compromisso dos governos federal e estadual.

10.2 - 2ª Moção: apresentada pelo grupo A Questão Federativa

- A II Conferência Estadual das Cidades do Estado do Ceará exorta todas as Câmaras Municipais, no sentido do resgate da real compreensão do papel dos vereadores e do Legislativo Municipal, com o compromisso inequívoco de participarem mais efetiva e democraticamente, dos esforços dos governos locais.

10.3 - 3ª Moção: apresentada pelo grupo A Questão Federativa

- A II Conferência Estadual das Cidades do Estado do Ceará propõe uma campanha intensiva de reflexão e alerta contra os padrões de produção incorretos, observadas as dimensões ambiental, social e econômica (a exemplo da injustificável proliferação de embalagens praticamente não degradáveis) e contra padrões e níveis de consumo praticados pela sociedade atual, exigindo o esforço coletivo na superação do grave problema de sustentabilidade em nível planetário.

10.4. 4ª Moção: apresentada pelo grupo Política Urbana

- A II Conferência Estadual das Cidades do Estado do Ceará resolve sugerir a utilização de espaços físicos e de integração social das escolas públicas em finais de semana, feriados e férias escolares, criando grupos de voluntários, envolvendo as famílias dos estudantes, incentivando projetos com a participação ativa da comunidade.



ANEXOS



ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional
2ª Conferência Estadual das Cidades

10. ANEXOS

10.1 Delegados Eleitos na Etapa Municipal/Regional para a 2ª Conferência Estadual das Cidades

MACRORREGIÃO 1 : REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA

Nº	MUNICIPIOS	NOME	SEGMENTOS	INSTITUIÇÃO
1	FORTALEZA	Franklim da Silva Nascimento	Público Exec.	GMF
2		Francisco Edison Alves Correia	Público Exec.	GMF
3		Antônio Soares	Público Exec.	SERI
4		Júlio Filizola	Público Exec.	SERI
5		Gledson Ribeiro de Oliveira	Público Exec.	SEMAM
6		Josael Jário Santos Lima	Público Exec.	SEMAM
7		Wanda Maria Souto	Público Exec.	SEPLA
8		Edson Marques	Público Exec.	SEPLA
9		Eliana Gomes	Público Exec.	HABITAFOR
10		Thêmis Aragão	Público Exec.	HABITAFOR
11		Will Maranhão	Público Exec.	HABITAFOR
12		Eliano Gino de Oliveira	Público Exec.	Gabinete da Prefeita
13		Maria Cineide Almeida	Público Exec.	Gabinete da Prefeita
14		Eduardo Rocha Praça	Público Exec.	ETTUSA
15		Marcus Vinicius Texeira de Oliveira	Público Exec.	AMC
16		Geovana Brandão de Melo	Público Exec.	AMC
17		Antônio José de Araújo Sousa	Público Exec.	IPEM
18		Francisco Ferreira de Sousa	Público Exec.	IPEM
19		Francisco Wagner Costa Moreira	Público Exec.	EMLURB
20		José Sílvio Martins de Souza	Público Exec.	EMLURB
21		Telma Regina Venâncio Vaes	Público Exec.	Ouvidoria Geral
22		Raimunda Alves da Costa	Público Exec.	Ouvidoria Geral
23		Maria Dalina Cavalcante e Silva	Público Exec.	SER VI
24	FORTALEZA	José Roberto B. de Araújo	Público Exec.	SER VI
25		João Alves Monteiro Junior	Público Exec.	SDE
26		Zózimo Farias Filho	Público Exec.	SDE
a27		Lucivando Barbosa	Público Exec.	PROCON
28		José Girão	Público Exec.	PROCON
29		Rilda Bezerra de Freitas	Público Exec.	SEDAS
30		Maria Leonia Furtado Sampaio	Público Exec.	SEDAS
31		Francisca Lenita de Menezes	Público Exec.	SER III
32		Frcº Ronald Cabral M. Holanda	Público Exec.	SER III



ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional
2ª Conferência Estadual das Cidades

33		Nazareno Ferreira de Andrade	Público Exec.	CTC
34		Cícero Kennedy Alves Pereira	Público Exec.	CTC
35		Soraia Storari Brandão Pereira	Público Exec.	SER II
36		Maria Noélia Batista Lima	Público Exec.	SER II
37		Raimundo Jovanil Oliveira	Público Exec.	Gabinete da Prefeita
38		Elísio Loyola	Público Exec.	SER I
39		Valdércio Branco	Público Exec.	AMC
40		Hélio Alves	Público Exec.	SEMAM
41		Veridiana Martins de Oliveira	Público Exec.	SEPLA
42		Marcos Alberto de Oliveira Vieira	Público Exec.	SER III
43		José Maria Ferreira da Silva	Mov. Social	FBFF
44		Maria Dalva dos Santos	Mov. Social	FBFF
45		Antônio Pereira da Costa	Mov. Social	FBFF
46	FORTALEZA	Maria da Paz de Oliveira Silva	Mov. Social	CMP
47		Eugênia Maria Néri Batista	Mov. Social	CMP
48		Antonio Marques de Sousa Filho	Mov. Social	FBFF
49		Sheyla Maria Néri Batista	Mov. Social	CMP
50		Maria Goreth Fernandes Nogueira	Mov. Social	FBFF
51		Maria Eliane de Almeida Vaz	Mov. Social	CMP
52		José Alberto Silva Moreira	Mov. Social	CMP
53		Maria Aurileide Soriano	Mov. Social	FBFF
54		Gilvan Guedes	Mov. Social	MCH
55		Marlene Tomé Garcez	Mov. Social	MCH
56		Antonio Luiz Mateus(Nino)	Mov. Social	CMP
57		Artermilse da Silva Pinheiro	Mov. Social	FBFF
58		Creuza Souza	Mov. Social	FBFF
59		Francisco Antônio de Paulo	Mov. Social	CMP
60		Jairo César Oliveira	Mov. Social	CMP
61		Maria Elizabeth de Sousa	Mov. Social	CMP
62		Mª Aparecida Alves da Silva	Mov. Social	CMP
63		Frcº Elenilson G. do Nascimento	Mov. Social	FBFF
64		Jeane de Sousa Freitas	Mov. Social	FBFF
65		Antonia Valdineide da Silva	Mov. Social	Cáritas
66		Marcos Amorim	Mov. Social	CDVHS
67		Maria de Lourdes da Silva Sales	Mov. Social	FBFF
68		João Eudes	Mov. Social	CDVHS
69		Regina Maria da Silva Severino	Mov. Social	FBFF
70	FORTALEZA	Fátima Carloto	Mov. Social	CDVHS
71		Ana Lúcia Oliveira Viana	Trabalhadores	Ass. Fiscais M.
72		Marta Brandão	Trabalhadores	CUT
73		Maria Marly da Costa Pereira	Trabalhadores	SEEACONCE
74		Maria de Jesus da Silva de Oliveira	Trabalhadores	SINDSAÚDE



ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional
2ª Conferência Estadual das Cidades

75		Maria de Oliveira Alves	Trabalhadores	CNTSS
76		José Teles dos Santos	Trabalhadores	Fed.T. Seg. Tr.Reg. N.
77		Carlos Roberto Carvalho Fujita	Ent. Empres.	SINDUSCON
78		Paula Andréa Cavalcante Frota	Ent. Empres.	SINDUSCON
79		Patrolino Dias de Sousa T. e Silva	Ent. Empres.	SINDUSCON
80		Roberto Sérgio Oliveira Ferreira	Ent. Empres.	SINDUSCON
81		André Montenegro de Holanda	Ent. Empres.	SINDUSCON
82		Joysa Maria Barroso Loureiro	ONG's	ABONG'NE
83		Marileide da Silva Luz	ONG's	CDVHS
84		Antônio Gilvan Silva Paiva	ONG's	Instituto da Cidade
85		Valéria Pinheiro	ONG's	Cearah Periferia
86		Ascelino Teixeira Mendes Júnior	Ent. Prof. Acad.	UFC
87		Antonio Martins da Rocha Júnior	Ent. Prof. Acad.	IAB/CE
88		Augusto César Chagas Paiva	Ent. Prof. Acad.	IAB-CE
89		Francisco Erlon Barros	Ent. Prof. Acad.	AESC
90		Adriano Paulino de Almeida	Ent. Prof. Acad.	GPDU-UECE
91		Francisco Fontenele Meira	Ent. Prof. Acad.	AGB
92		Ana Paula da Silva Pereira	Cons. Classe	CRESS
93	CAUCAIA	Ana Cristina P. Leandro	Mov. Classe	Ass. C.. M. Parazinho
94	CAUCAIA	Terezinha Feitosa de Mesquita	Mov. Classe	Ass. C.. B. Criança
95		Maria dos Anjos Costa da Cruz	Mov. Classe	FEBEC
96		Francisca Maria de Sousa	ONG's	ARTECA
97		Francisca Maria B. Cruz	ONG's	ARTECA
98		Raimundo Pereira de Nojosa	Público Legis.	Câmara Municipal
99		Frcº Deuzinho de Oliveira Filho	Público Legis.	Câmara Municipal
100		Francisco Erivaldo Rodrigues	Público Legis.	Câmara Municipal
101		Luciana correa Barros	Público Legis.	Câmara Municipal
102		Aurea Teles Braga Medeiros	Ent. Empres.	CDL
103		Antônio Carlos Queiroz Franco	Ent. Empres.	Siqueira Gurgel S/A
104		Francisco Edson Martins Pinto	Trabalhadores	União Prof. A. P/Hosp
105		Maria do Socorro dos Anjos	Trabalhadores	AAMIRC/Ag. Saúde
106		Ricardo Nunes	Trabalhadores	Sin. Rural Caucaia
107		Luis Antônio F. da Silva	Trabalhadores	AAMIRC/Ag. Saúde
108		Lamarck Mesquita Guimarães	Ent. Prof. Acad.	UVA
109		Marlúcia de R. de F. de S. Gomes	Cons. Classe	Cons. M. Ass. Social
110		Francisco Hélio F. Machado	Público Exec.	Sec. Des. Econômico
111		José Sampaio de Souza Filho	Público Exec.	SEINFRA
112		Celina Magalhães Ellery	Público Exec.	Sec. Des. Social C.



ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional
2ª Conferência Estadual das Cidades

113		Ted Rocha Pontes	Público Exec.	F. de Des. Tur. Lazer
114		José Wilson de Sousa Mariano	Público Exec.	F. A. Esporte/ Ar. Cult.
115	CAUCAIA	Joaquim Bento Cavalcante Filho	Público Exec.	Sec. Infra-Estrutura
116		José Walney Costa Pinho	Público Exec.	F. Meio Ambiente
117		José Roberto Pinto Cavalcante	Público Exec.	Sec. Des. Rural e R.H.
118	S. GONÇALO DO	José Gildenor Barbosa	ONG's	SOS Criança
119	AMARANTE	Paulo Roberto Sousa Lucas	Cons Classe	Cons. Tutelar
120		Fernando Ant ^o Barbosa Praxedes	Público Exec.	Prefeitura
121		Francisco Gonçalves	Público Legis.	Câmara Municipal
122	AQUIRAZ			
123				
124				
125				
126				
127				
128	EUSÉBIO	Sílvia Freitas Aragão	Mov. Social	Trab. Vulluntário
129		Tarcísio Christianne G. da Silva	Público Exec.	Sec. Cultura
130		Wellison Ferreira Marques	Trabalhadores	Sind. Func. Públicos
131	MARANGUAPE	Ana Rosa Bessa	Público Exec.	Prefeitura
132		Amando Candeira Costa Filho	Público Exec.	Prefeitura
133		Regina Célia da Cunha Gomes	Público Exec.	Prefeitura
134		Paulo Roberto Neves Pereira	Público Exec.	Prefeitura
135		Juvenal Sampaio	M. S. Populares	Conselho Tutelar
136		Fernanda Maria Pinheiro	M. S. Populares	Pastoral /Criança
137	MARANGUAPE	Josefa Rodrigues de Oliveira	M. S. Populares	Ass. G.C.V.B.M
138		Edinaldo Vieira do Nascimento	ONG's	Serras Úmidas
139		Anielta Fávila prata	ONG's	OKARA
140		Maria Jandete Pinho	Trabalhadores	S. Ser. Municipal
141		Prof. Marcondes Araújo Lima	Ent. Prof. Acad.	U.F.C.
142	MARACANAÚ	Simone Rodrigues de Oliveira	M. S. Populares	Ass. Homo. M.
143		Antonio Evandro F. Nogueira	M. S. Populares	Inst. Com. V. Pinheiro
144		M. Cristina Alencar de Medeiros	M. S. Populares	Ass. Diabéticos/H>M.
145		Cândido Pinheiro Pereira	M. S. Populares	Ass. Com. Delmiro G.
146		Anderson Rafael C. Nunes	M. S. Populares	União de Juv. Soc.
147		Manoel Ferrera Lima	M. S. Populares	Ass. Mor. Alto Alegre
148		Raimundo Nonato de Andrade	Público Exec.	Sec. Ação Social P.M



ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional
2ª Conferência Estadual das Cidades

149		Antônio Paiva Dantas	Público Exec.	Ass. Especial P.M.
150		Luiz de Souza Filho (Lucier)	Público Exec.	Sec. Educação P.M.
151		Frcº Wellington Bezerra da Costa	Público Exec.	Sec. R.H. e Pat. P.M.
152		Ant. Perreira dos Santos (Ary)	Público Legis.	Câmara Municipal
153		José Eliaquinho da Costa	Público Exec.	Sec. de Saúde P.M.
154		Rita H. Fonseca da Silva (tia Rita)	Público Legis.	Câmara Municipal
155		Maria Carmelita Colares	Cons. Classe	CRESS
156		José Milton P. da Costa	Trabalhadores	Sin. Metalúrgicos
157		Frcº Carlos Arruda Guerreiro	Trabalhadores	Sin. Comercários
158		João Eudes da Silva	Trabalhadores	Sin. Têxtil
159	MARACANAÚ	Zelina Batista Sena	ONG's	Pastoral /Criança
160	PACATUBA	Ana Selma Lima de Sousa	Público Exec.	Sec. Des. Urb. Infest.
161		Meirivone Ferrer	ONG's	Ass. Agentes Saúde
162	HORIZONTE	Florida Martins de Almeida	Público Exec.	Gabinete Prefeito
163		Francisco José de Sousa	Público Exec.	Sec. Agr., R. H.
164		Cristina Wu Shu	Ent. Empres.	Santana Têxtil B. S/A
165		Raimunda Moura Lima	Mov. Social	Ass. Mulheres Org.
166	PACAJUS	Ana Maria Menezes	Público Exec.	Sec. Saúde
167		Mirian Cavalcante Marinho	Público Exec.	Sec. Saúde
168		Raimundo Bezerra Firmo	Público Exec.	Sec. Esporte Juvent.
169		Francisco Costa Guerra Neto	ONG's	Ass. Benf. C. Aldeia
170	GUAIUBA	Sérgio Augusto Lima Leitão	Público Legis.	Câmara Municipal
171		Frcº de Assis da Silva Paulino	Mov. Social	Ass. / Agentes Rurais
172	ITAITINGA	Diogo Vital de Siqueira Cruz	Público/ Exec.	Prefeitura
173		José Nilson de Lima	Público Legis.	Câmara Municipal
174		Deusdeth Alves Lima	Sociedade Civil	
175	CHOROZINHO	Carlos Alexandre B. de Alencar	Sociedade Civil	
176		Gilmário Ferreira	Público Exec.	

MACRORREGIÃO 2 : LITORAL OESTE
RELAÇÃO DOS DELEGADOS ELEITOS NAS CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS

Nº	MUNICIPIOS	NOME	SEGMENTOS	INSTITUIÇÃO
1	PARACURU	Elzer Figueiredo Teixeira	Público Exec.	Prefeitura
2		José Haroldo do Nascimento de Sousa	Público Legis.	Câmara Municipal
3		Bartolomeu Acácio Pontes	Público Exec.	Prefeitura
4	PARAIPABA	Antônio Virgílio Filho	Mov. Social	Ass. Dist. Irrigação
5		João Narcisio Filho	Mov. Social	Ass. M. Boa Vista
6		Maria Conceição Silva Freitas	Trabalhadores	Sind. Trab. Rurais



ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional
2ª Conferência Estadual das Cidades

7	TRAIRI	Claudio Antero Rôla	Público Exec.	Prefeitura
8		Vinicius Barroca Damasceno	Público Exec.	Prefeitura
9		Francisco Magno	Público Legis.	Câmara Municipal
10		Márcio Ribeiro Alves	Cons. Classe	CMDS
11	ITAPAJÉ	Agenor Albano dos Santos	Público Exec.	Prefeitura
12		Amilcar de Castro Lima	Mov. Social	Ass. Fruticultores
13		Antônio José Brandão de Sousa	Ent. Empres.	Fed. A. Ent. Com.
14		Jonas da Cruz Fernandes	Público Legis.	Câmara Municipal
15	UMIRIM	Joana Ivone Matos da Silva	Mov. Social	Ass. Moreno
16		Ana Claudia Targino de Vasconcelos	Público Exec.	Prefeitura
17	TEJUÇUOCA	José Mairan Mota de Matos	Trabalhadores	Sind. Trab. Rurais
18		Francisco Eliseu Andrade Joca	ONG's	
19	APIARÉS	Francisco Bezerra Lopes	Mov. Social	Ass. B.Mª B. Lopes
20		Beliza Mª Guedes Gonçalves	Público Exec.	Prefeitura
21	URUBURETAMA	Rita Rodrigues Batista	Público Exec.	Sec. Ação Social
22		George Luiz Freitas Barroso	ONG's	Ass. União U. / Artes
23	PENTECOSTE	Manoel de Oliveira Sales Neto	Público Exec.	Prefeitura
24		Geraldo Antônio de Lima	Ent. Prof. Acad.	
25		Augusto Cesar Matos Junior	Público Legis.	Câmara Municipal
26	S. LUIS D/ CURU	Ricardo Cavalcante Lima	Público Exec.	Prefeitura
27		José Danilo Braga da Cunha	Público Exec.	Prefeitura
28	TURURU	Alan keilly Galdino Albuquerque	Público Exec.	Prefeitura
29		Enilda Magalhães Frota	Publico Exec.	Prefeitura
30	ITAPIPOCA	Ney Fonseca Barroso	Público Exec.	Prefeitura
31		Getúlio Paiva Azevedo	Público Exec.	Prefeitura
32		Antônio Alexandre de Sousa	Público Legis.	Câmara Municipal
33		Isaura Mesquita	Ent. Prof. Acad.	
34		Paulo de Tarso Meyer Ferreira	Público Exec.	Prefeitura
35		Paulo Freitas Muniz	Ent. Prof. Acad.	
36		Antônio Marcos Braga Viana	ONG's	
37		Sebastião Cordeiro	Trabalhadores	Sind. Trab. Rurais
38		José Viana de Sousa	Ent. Empres.	
39	MIRAÍMA	José Maria Barbosa	Trabalhadores	Sind. Trab. Rurais
40		Jacinta Adélia Araújo Sarde	Público Exec.	Prefeitura
41	ACARAÚ	Hosana Maria Rocha Veras	Público Exec.	Sec. Meio Amb.
42		Liduína Maria Brandão	Público Exec.	Sec. Ação Social
43		João Jaime de Farias	Trabalhadores	Sind. Trabal.
44		Livino José Silveira Soares Sales	Ent. Empresa.	
45		José Teunas Ramos		
46	AMONTADA	José Rodrigues da Guia	Público Legis.	Câmara Municipal



ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional
2ª Conferência Estadual das Cidades

47		Jamison Pilar Farias	Público Exec.	Prefeitura
48		Cleofas Queiroz	Ent. Empres.	Comerciante
49	MORRINHOS	José Zivaldo Brandão Rocha	Público Exec.	Sec. Infra- Estrutura
50		Paulo Tarciano Gondim de Oliveira	Público Exec.	Sec. Infra- Estrutura
51	BELA CRUZ	José Tadeu Costa Mendes	Público Exec.	Sec. Infra Estrutura
52		Carlos Cesar de Carvalho	Público Legis.	Câmara Municipal
53	CRUZ	José Bezerra de Sousa Junior	Público Exec.	
54		Carlos Dias dos Santos		
55	JIJOCA DE JERICOACOARA	José Edson Brandão	Público Exec.	Sec. Infra- estrutura
56		José Nunes de Sousa	Trabalhadores	Sind. Trab. Rurais
57	URUOCA	Antônio Rodrigues Ferreira Junior	Público Exec.	Sec. Saúde
58		Francisca Eliseuda Vieira	Mov. Social	Ass. de Pais
59	MARTINÓPOLE	Francisco Fontenele Filho	Público Exec.	
60		Antônio Ribeiro Tabosa	Público Legis.	Câmara Municipal
61	GRANJA	Vicente Coelho Barcelos	Público Exec.	
62		Frcº Marcelo Carvalho da Silva	Público Exec.	
63		Pedro Fontenele de Sousa	Público Legis.	Câmara Municipal
64		Cícero Batista de Oliveira	Mov. Social	
65		Edgar José da Siva	Trabalhadores	
66	BARROQUINHA	Roberto Chaves Ferreira	Público Exec.	Sec. Meio Amb.
67		Frcº Valdécio Rocha Souza	Público Legis.	Câmara Municipal

MACRORREGIÃO 3 : SOBRAL / IBIAPABA
RELAÇÃO DOS DELEGADOS ELEITOS NAS CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS

Nº	MUNICIPIOS	NOME	SEGMENTOS	INSTITUIÇÃO
1	VIÇOSA CEARÁ	Francisco das Chagas Paiva	Público Exec.	Sec. Adm. Fin.
2		José Nivaldo Soares	Público Exec.	Gabinete Prefeito
3		Ernesto Fontenele de Sousa	Público Legis.	Câmara Municipal
4		Antônio José de Sousa Moraes	Trabalhadores	Sin. Trab. Rurais
5		Jorge Maurício Mapurunga Nogueira	Mov. Social	CMDS
6	TIANGUÁ	Lindomar Sousa Nunes	Público Exec.	
7		Carlos Antônio Vasconcelos Beviláqua	Público Legis.	
8		Maria das Graças Silva da Rocha	ONG's	
9		Valdecy Santos de Abreu	ONG's	
10		Maria José da Silva da Rocha	Mov. Social	
11		Antônio César da Silva	Mov. Social	
12	IBIAPINA	José Airton R. Portela	Público Exec.	
13		Maria do Rosário Melo	Público Legis.	
14	S. DO ACARAÚ	Everardo de Sousa Ferreira	Publico Exec.	Gabinete Prefeito
15		Manoel Rosa Filho	ONG's	AMIRH



ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional
2ª Conferência Estadual das Cidades

16	CROATÁ	Claudiomiro Oliveira Holanda	Público Exec.	Sec. Infra Estrutura
17		João Bezerra de Sousa	Ent. Prof. Acad.	Ass. Professores
18	IPU	Paulo Gilson Pontes	Público Exec.	
19		Antônio Marcos Emiliano	Mov. Social	Dist. Tangente
20		Francisco José Cunha	Mov. Social	
21	MUCAMBO	Maria Araceles Vidal	Público Exec.	Sec. Trabalho
22		Francisco Inácio Brito	Trabalhadores	Sin. Trab. Rurais
23	PACUJÁ	Eraldo Rodrigues Aguiar	Público Legis.	Câmara Municipal
24		Raimundo Rodrigues Mesquita	ONG's	Ass. S. Vicente Pa.
25	RERIUTABA	Walter Bezerra de Menezes	Público Exec.	Sec. Infra-estrutura
26		Maria Neuma de Brito Nazaré	Público Exec.	Sec. Desn. Social
27	VARJOTA	Francisco Auricélio Bertoldo	Público Exec.	Sec. Administração
28		José Costa de Melo	Mov. Social	Assem. Deus
29	CARIRÉ	Ana Caroline de Carvalho L. D. Dias	Público Exec.	Sec. Planejamento
30		Jerônimo José de Barros	Cons. Classe	CMDS
31	FRECHEIRINHA	Eudes Almeda Lima	Público Exec.	
32		Lusilda Ximenes Portela		
33	PIR. FERREIRA	Messias de Araújo Barros	Público Exec.	Prefeitura
34		Antônio de Oliveira Gomes (Nilson)	ONG's	Ass. Stº Antônio
35	HIDROLÂNDIA	Albaneide Timbó Araújo	Público Exec.	Ouvidora
36		Osvaldina Rosa Costa	Mov. Social	União Estudantes
37	COREAÚ	Maria Eurenice F. de Albuquerque	Mov. Social	Ass. Bene. Carente
38		Cláudia Cristino de Araújo	Publico Exec.	Sec. Ação Social
39	SENADOR SÁ	Raimundo Aurélio Monteiro da Silva	Ent. Prof. Acad.	Esc.Fund. N.S.Amp.
40		Katycyca Maria Arraes Rodrigues	Público Exec.	Sec. Asst. Social
41	FORQUILHA	José Amara dos Santos	Público Exec.	
42		Vicente Tadeu Rodrigues Ferreira	ONG's	
43	MASSAPÉ	Paulo Jilson Pontes Canuto	Público Exec.	
44		Antônio Marcos Emiliano	Mov. Social	Ass. Dist. Tangente
45		Francisco José Cunha	Mov. Social	
46	SOBRAL	José Clodoveu de Arruda Coelho Neto		
47		Antônio Carlos Campelo Costa		
48		Luis Fernando Viana Coelho		
49		Raimundo Irismar Azevedo Filho		
50		Juraci Neves Duarte		
51		Francisco Hermenegildo Sousa Neto		
52		Herbert de Vasconcelos Rocha	Ent. Empres.	
53		Francisco Carvalho de Arruda Coelho	Ent. Prof. Acad.	
54		Alexandre Veras	Cons. Classe	IPHAN
55		Luciano Xavier Ribeiro	ONG's	Const. da Paz
56		Francisco Júlio de Araújo	Trabalhadores	Sind. Trab. Rurais



ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional
2ª Conferência Estadual das Cidades

57		Adriana Rodrigues Veras	Trabalhadores	Sind. Trab. Rurais
58		José de Silva Sousa (Zezinho)	Mov. Social	
59		Benedita neves de Castro (Bené)	Mov. Social	
60		Carlos Gilson de Oliveira Lima	Mov. Social	
61		Ivonete Farias Denis	Mov. Social	
62	CARNAUBAL			
63				

MACRORREGIÃO 4 : SERTÃO DOS INHAMUNS
RELAÇÃO DOS DELEGADOS ELEITOS NAS CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS

Nº	MUNICIPIOS	NOME	SEGMENTOS	INSTITUIÇÃO
1	INDEPENDÊNCIA	Antônio Assuério Vieira	Público Exec.	
2		Mauro Rodrigues Amaro	ONG's	S.T.R.
3		Antonia Nilce Pereira de Sousa	ONG's	APROF
4	TAUÁ	Maria Dolores Andrade Feitosa	ONG's	
5		Agenor Cavalcante Mota	Público Legis.	
6		João Alcimo Viana Lima	Público Exec.	
7		Manoel Almeida Neto	Ent. Empres.	
8		Raimundo Valney Alencar Castro	Público Exec.	
9	PARAMBU	Maria Elsa Noronha dos Santos	Público Exec.	
10		Antão Roque de Freitas	ONG's	
11		Paulo Siqueira Tenório	Trabalhadores	
12	NOVO ORIENTE	Antônio José Agacir Vieira Castro	Público Exec.	
13		Antônio José Rodrigues	Público Legis.	
14		Maria Raquel Gomes Marcelo		
15	QUITERIANÓPOLIS	Ántônio Luiz Mota	Mov. Social	
16		Agamenon Marcos Macedo	Público Exec.	
17	ARNEIROZ	Bernardo Lopes de Araújo	Público Exec.	
18		Antônio Genival Martins	Trabalhadores	
19	ARARENDÁ	Francisca das Chagas Domingos da Hora	Público Exec.	
20		Francisca Djaneine Rodrigues Lopes	Mov. Social	
21	IPAPORANGA			
22				
23	PORANGA			
24				
25	NOVA RUSSAS	Frcº da Costa Martins	Público Exec.	
26		Manoel Gregório de Carvalho	ONG's	
27		Francisco José Nunes Carrilho	Público Exec.	



ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional
2ª Conferência Estadual das Cidades

MACRORREGIÃO 5 : SERTÃO CENTRAL
RELAÇÃO DOS DELEGADOS ELEITOS NAS CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS

Nº	MUNICIPIOS	NOME	SEGMENTOS	INSTITUIÇÃO
1	DEP. I. PINHEIRO			
2				
3	CANINDÉ	Fábيا de Sales Nogueira	Público Exec.	SEINFRA
4		Vera Lúcia de Araújo	Público Exec.	Sec. Educação
5		Frcº Celso Crisotomo Secundino	Público Legis.	Câmara Municipal
6		Antonia Deusa Ribeiro Braga	Trabalhadores	Sind. Serv. Públic.
7		Maria Letícia Cosmo Santos	Cons. Classe	
8		Frcº Ferreira Pinto	Mov. Social	CIAT
9		Antônio Arilo Sousa Silva	Ent. Empres.	AST - Eng. Ltda
10	CARIDADE	Roger Bonfim	Público Exec.	Prefeitura
11		Maria Eliene Cardoso Paiva	ONG's	
12	GEN. SAMPAIO	Herton Sales Peixoto	Cons. Classe	Cons. M. Trabalho
13		Maria do Carmo Lira	Público Exec.	Prefeitura
14	MOMBAÇA	Ecildo Evangelista Filho	Público Exec.	
15		Luis Humberto Teixeira Vieira Filho	Público Legis.	
16		Vauires Avelino da Silva	Mov. Social	
17		Frcº Antônio Sá Filho	Ent. Empres.	
18	SEM POMPEU	Renata do Nascimento Pinto	Público Exec.	Prefeitura
19		Francisco Erivaldo Pinheiro	Público Exec.	Prefeitura
20		Antônio Campos da Silva	Soc. Civil	
21	PEDRA BRANCA	Juarez Frutuoso da Silva	Público Exec.	SEDUMA
22		Elis Regina Lira Barros	Público Legis.	Câmara Municipal
23		Frcº Flavio Machado de Oliveira	Mov. Social	
24		Vicente Honorato da Silva	Trabalhadores	Sindicatos
25	BANABUIÚ	Hobson Mendes Faustino	Público Exec.	Sec. Educação
26		Antônio Nobre Rabelo	Mov. Social	
27	BOA VIAGEM	Maria Gláucia de Carvalho Viana	Público Exec.	
28		Acúcio Alencar Araújo	Público Exec.	
29		Aline Cavalcante Vieira	Trabalhadores	
30		Ainton Teixeira Lima	Mov. Social	
31				
32	MILHÃ	Frcº Nivardo Pinheiro	Mov. Social	LIONS
33		Rony César Bezerra Figueredo	Público Exec.	
34	ITATIRA	Isaac Facundo Carneiro	Público Exec.	
35		Gerônimo Paulo Soares da Silva	Soc. Civil	



ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional
2ª Conferência Estadual das Cidades

36	IBARETAMA	Denise de Sousa Melo	Público Exec.	Prefeitura
37		Aluisio Vieira da Silva	Mov. Social	Ass. Alto Alegre
38	CHORÓ	Manoel Hélio de Holanda Filho	Mov. Social	Prefeitura
39		Frcº Francimar de Sousa	Mov. Social	Ass. Barr. Braca
40	MADALENA	Deusália Afonso	Mov. Social	M.S.T.
41		Maria Stela Pinho	Público Exec.	Prefeitura
42	Sant. QUITÉRIA	Germana Farias Aragão	Público Exec.	
43		José Francisco de Paiva	Público Legis.	
44		Antonia Clea M. Muniz	Ent. Prof. Acad.	
45		Rossana Magalhães	ONG's	
46	PARAMOTI	Antônia Verônica Ricardo da Silva	Mov. Social	Ass. M. B. Manuel
47		José Ribamar Rodrigues	Público Exec.	Prefeitura
48	IBICUITINGA	Frcº Célio Gomes	Mov. Social	Ass. Religiosa
49		Magno César Fernandes de Freitas	Público Exec.	Prefeitura
50	QUIXERAMOBIM	Miguel Eduardo Nunes de Pinho	Público Exec.	Prefeitura
51		Antônio Françoês Saldanha da Silva	Público Legis.	Câmara Municipal
52		Antônio Evandro Felisberto Quirino	Trabalhadores	Sind. Trabalhad.
53		Cirilo Vidal Pessoa	Ent. Empres.	
54		Ede Laredo Sorgetz	Ent. Prof. Acad.	
55		Carlos Antônio Chaves Simão	ONG's	
56	QUIXADA	Frcº Cristiano Maciel de Góes	Público Exec.	
57		José Aldênio Moraes da Silva	Público Legis.	
58		Frcº Antônio lopes dos Santos	Mov. Social	
59		Diana Meire Filgueiras da Silva	Mov. Social	
60		Frcª Neiva Esteves da Silveira	Trabalhadores	
61		Oswaldo Alves de Andrade	Ent. Prof. Acad.	
62		Reginaldo Silva Barbosa	Ent. Empres.	

MACRORREGIÃO 6 : BATURITÉ
RELAÇÃO DOS DELEGADOS ELEITOS NAS CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS

Nº	MUNICIPIOS	NOME	SEGMENTOS	INSTITUIÇÃO
1	ARATUBA	José Emetério Campos Colares	Público Exec.	Prefeitura
2		Koelyne Barbosa dos Santos	Mov. Social	Mov. Estudantil
3	ARACOIABA			
4				
5	ACARAPE	Paulo Cesar Ferreira Costa	Público Exec.	Prefeitura



ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional
2ª Conferência Estadual das Cidades

6		Deuzimara Elizeu de Lima Oliveira	Trabalhadores	Sind. Ser. Munic.
7	BARREIRA			
8				
9	BATURITÉ	Flávio Silvio Andrade Peixoto	Público Exec.	Prefeitura
10		Célio Silveira Alexandra	Público Legis.	Câmara Municipal
11		Ana Cláudia Lima de Assis	Ent. Empresa.	FM Girassol
12	CAPISTRANO	Frcº Artur Pinheiro Alves	Público Exec.	Prefeitura
13		Maria de Freitas Paulo	Trabalhadores	Sind. Rural de Cap.
14	GUARAMIRANGA	Daniel Pagliuca	Cons. Classe	OAB
15		Wilson Bezerra Filho	Mov. Social	ATSB
16	ITAPIÚNA	Valdecy Araújo Freitas	Público Exec.	Prefeitura
17		Maria do Carmo Silva Dias	Mov. Social	Fed. Associações
18	MULUNGU	Antônio Erivan Ferreira da Silva	Público Legis.	Câmara Municipal
19		Frcº Soares de Meneses	Cons. Classe	Cons Tutelar
20	OCARA	Vânia Clementino Lopes	Público Exec.	Prefeitura
21		Maria Luci Barbosa de Oliveira	ONG's	Prodecóf
22	PACOTI	Roberto Ferreira Martins	Público Exec.	Prefeitura
23		Frcº Nemésio Paulo de Sousa	Cons. Classe	CMSD
24	PALMÁCIA			
25				
26	REDENÇÃO	Iolanda Bezerra da Silva	Público Exec.	Prefeitura
27		Antônio da Silva Torres	Público Legis.	Câmara Municipal

MACRORREGIÃO 7 : LITORAL LESTE / JAGUARIBE
RELAÇÃO DOS DELEGADOS ELEITOS NAS CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS

Nº	MUNICIPIOS	NOME	SEGMENTOS	INSTITUIÇÃO
1	ICAPUI	Raimunda Verence de França	Público Exec.	Gabinete Prefeito
2		Maria do Rosário Rebouças da Silva	Mov. Social	Projeto Desenvolver
3	ARACATI	Raimundo Carlos Lima Verde e Silva	Público Exec.	Prefeitura
4		Maria Ieda de Sousa e Silva	Público Legis.	Câmara Municipal
5		Frcº Honorato da Rocha	Mov. Sociais	As. Mor. Estêvão
6		Cleber Correia Pinto	Ent. Prof. Acad.	APEOC
7		Regilvânia Mateus de Araújo	ONG's	CÂRITAS
8	FORTIM	Ozias Silvano da Silva	Público Exec.	Ouvidor
9		Maria Nunes de Aquino	Mov. Social	Ass. Marisqueiras
10	BEBERIBE	Mardônio de Lima Carneiro	Con. Distritais	Con. G. Participativa
11		José Wemersom Silva	Con. Distritais	Con. G. Participativa
12		Raimundo Félix da Rocha	Mov. de Classe	Ass. Mor. Parajuru



ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional
2ª Conferência Estadual das Cidades

13		Vicente de Paulo Monteiro Vieira	Público Exec.	Gabinete Prefeito
14	CASCAVEL	José Valdísio Barreiro	Público Exec.	Corrd. PROARES
15		Flávio Carneiro Neto	Público Exec.	Gabinete Prefeito
16		Frcº Willame Marques de Lima	Público Legis.	Câmara Municipal
17		Marta Helena	ONG's	Ass. Agentes Saúde
18		Francisco Cacau de Castro	Trabalhadores	SINE-IDT
19		Edilberto Cardoso Abintes	Mov. Social	União C. Jacarecoara
20	ITAIÇABA	Frcº das Chagas Silva	Mov. Social	Ass. Mor. Alto Ferrão
21		Marcos Vinícius Silva Vieira	Público Exec.	Sec. De Agricultura
22	PALHANO	Jander Rodrigues da Silva	Mov. Social	Ass. Povo A. Barbada
23		João Sousa Amaral Barbosa Neto	Público Exec.	Sec. Obras Urbanismo
24	JAGUARUANA	Paulo César Cunha Santos	Público Exec.	Sec. Desen. Econ.
25	QUIXERÉ	Carlos Régis Alves	Público Exec.	Sec. Agricultura
26		Maria Eliete Fernandes Oliveira	Mov. Social	Conselho Saúde
27	RUSSAS	Frcº Justo Gonçalves Júnior	Mov. Social	Ass. Micro Empre.
28		José Cândido da Silva Filho	Mov. Social	Sin. Trb. Rurais
29		Karla Emanuelle Rocha Nogueira	Mov. Social	Cons. M. Asst. Social
30		Francisca Catarina Monteiro Gifoni	Mov. Social	Cosn. M. Saúde
31		José Fabiano Biana Brito	Público Exec.	Sec. Infra Estrutura
32		Frcº Nilson Maciel Medonça	Público Legis.	Câmara Municipal
33	MORADA NOVA	Inara Costa Nogueira	Público Exec.	Sec. de Planejamento
34		José Washington da Costa	Público Exec.	Sec. Infra- Estrutura
35		Manassés Rabelo Silva	Público Legis.	Câmara Municipal
36		Maria José e Silva	Mov. Social	FUNECCM
37		Gina Eugênia Girão	Mov. Social	Inst. Chapéu de Couro
38		Marcus Belmino B. Evangelista Filho	Mov. Social	C.D.L.
39	LIM. DO NORTE	Geneziano de Sousa Martins	Mov. Social	CAPIVAB
40		José Gilvan Moura	Público Legis.	Câmara Municipal
41		Frcº Chagas dos Santos	Trabalhadores	Sind. Serv. Públicos
42		Antônio Deusimar Silva	Público Exec.	Sec. Dese. Rural M.A.
43		Maria José Matos Barros	Mov. Social	CCDS
44	TAB. DO NORTE	Dilmar Duda da Silva	Mov. Social	Ass. Agentes Saúde
45		Carlos Jefferson Lima Freire	Publico Exec.	Sec. Administração
46		José Jerônimo de Oliveira	Mov. Social	IRDSS
47	S. J. JAGAURIBE	José Carlos Nobre Freire	Público Exec.	Vice Prefeito
48		João Júlio Vernes de Oliveira	Mov. Social	CMDS
49	ALTO SANTO	Fcrº Evandro Saraiva Rodrigues	Mov. Social	Ass. Mor. Tibolo I e II
50		Antônio Tadeu Gonçalves Marques	Público Exec.	Sec. de Saúde



ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional
2ª Conferência Estadual das Cidades

51	JAGUARETAMA	Manoel Saraiva Sobrinho	Público Exec.	Gabinete Prefeito
52		Evandro Luís dos Santos	Mov. Social	Rep. Igreja Evangélica
53	IRACEMA	João Batista Magalhães Almeida	Mov. Social	CMDS
54		Frcº Lurivan Miranda Pinheiro	Público Exec.	Sec. Administração
55	POTIRETAMA	Carlos Magno Carvalho Silva	Público Exec.	Sec. de Educação
56		Manoel Ribamar de Carvalho	Mov. Social	A. Pais/M Esc. A. Cam
57	JAGUARIBARA	Carloto Pinheiro Maia	Público Exec.	Sec. de Planejamento
58		Maria Francilina Queiroz Vieira	Mov. Social	Ass. Mor. Jaguaribara
59	ERERÉ	José Romilton Cavalcante (Prefeito)	Público Exec.	Gabinete Prefeito
60		Maxilon Rufino da Silva	ONG's	Ass. Pais e Mestre
61	JAGUARIBE	Eurides Kátia Bezerra de Góes	Mov. Social	Ass. Jovens Emp. AJE
62		Adriana Pinheiro Gomes	Público Exec.	Sec. Ação Social
63		Fábio Peixoto Cavalcante (V.Prefeito)	Público Exec.	Gabinete Prefeito
64		Jacksonilda Paiva Ribeiro Rodrigues	Cons. Classe	Con. Tutelar
65	PEREIRO	Márcio André Nogueira	Cons. Classe	Gabinete Prefeito
66		Wellington de Oliveira Silva	Soc. Civil	Cons Tutelar

MACRORREGIÃO 8 : CARIRI / CENTRO SUL
RELAÇÃO DOS DELEGADOS ELEITOS NAS CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS

Nº	MUNICIPIOS	NOME	SEGMENTOS	INSTITUIÇÃO
1	QUIXELÔ	Maria Aparecida Martins da Rocha	Público Exec.	
2		Maria Alves Bezerra		
3	CEDRO	Niágara Costa Diniz (Vereador)	Público Legis.	Câmara Municipal
4		João Batista Silva Ferreira	Público Exec.	Sec. Mun. Fin.
5		Ivonilde Maria de Santana	Mov. Social	Fed. Ass. Feder.
6		José Nunes Aquino	Ent. Prof/Acad.	Esc. Técnica Fed.
7	CATARINA	Luiz Gonzaga Rodrigues	Público Exec.	
8		Maria Diana de Oliveira	Mov. Social	
9	TARRAFAS	José Jesus Leite	Público Exec.	
10		João Simião Neto	Trabalhadores	
11	IGUATU	Gleuberton Passini Mendonça	Público Exec.	SEINFRA
12		Paulo César Barreto	Público Exec.	SEINFRA
13		Frcº Fábio Alves	Público Exec.	SAAE
14		Ronald Bezerra (vereador)	Público Legis.	Câmara Municipal
15		Eleudson Gurgel Queiroz	Mov. Social	ELO Amigo
16		Josefa Edileuda da Silva	Mov. Social	Cons. Com. D.S.



ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional
2ª Conferência Estadual das Cidades

17		Auzenir Antonio Silva Evangelista	Mov. Social	Ass. Com.
18		Elie Morato da Cruz	Mov. Social	Ass. / Bairros
19		Cícero Fernandes da Silva	Mov. Social	CCDMI
20	CARIÚS	Hidalgardo Martins Moura		
21		Ana Maria Antunes		
22	CRATO	Jorge Luis Ishimaru	Público Exec.	Prefeitura
23		Alexandre Lúcio Nunes	Público Exec.	Prefeitura
24		Francirléa Mendes Filgueira	Público Exec.	Prefeitura
25		André Barreto Esmeraldo	Público Legis.	Câmara Municipal
26		Aurélio limaverde de Carvalho	Mov. Social	FEC
27		Antônio Gualter Barreto	Mov. Social	UMC
28		Maurílio José de Santana	Mov. Social	Ass. M. Sítio Rosto
29		Francisco Matos Junior	Trabalhadores	Sind. Ser. Municipais
30		Alfredo Antônio Alencar Gomes	Ent. Empres.	Const. Construmil
31		Hildo Moraes de Brito Junior	Ent. Prof.Acad.	IAB
32	JUAZ. DO NORTE	Cássia Rejane Melo de Souza	Público Exec.	Gabinete Prefeito
33		Augusto Nilo Barbosa Capibaribe	Público Exec.	SEINE
34		Pautília Ferraz	Público Exec.	SECTUR
35		Horaci Gomes de Brito	Público Exec.	SEPLAN
36		Maria de Fátima Ferreira (vereadora)	Público Legis.	Câmara Municipal
37		Frcº Gomes Silva	Mov. Social	CMP
38		Argemiro Teófilo da Costa	Mov. Social	Morar Bem
39		José Ângelo Filho	Mov. Social	Pres. Associação
40		Rosa Maria Almeida Pinto Queiroz	Mov. Social	Pres. Associação
41		Frcª Gregório Oliveira	Mov. Social	FECECE
42		Jucileide Pereira da Silva	Mov. Social	Cultura
43		Antonio Domingos Alves	Trabalhadores	Sin. Trabalhadores
44		Inácia Mirna Cruz Callou	Ent. Empres.	Sindindustria
45		Ana cristina Diogo Gomes de Melo	ONG's	Inst. Eco. Juriti
46	BARBALHA	Antônio Costa Sampaio Neto	Público Exec.	Prefeitura
47		Adriano Bezerra	Público Exec.	Prefeitura
48		Josier Ferreira da Silva		
49		Maria Mônica de Sá Tavares Teles		
50		Carlos Alberto Torres Quental		
51	CARIRIAÇU	Luiz Pereira Tavares (vice-prefeito)	Público Exec.	Gabinete Prefeito
52		Cícero Roseno Araújo Silva	Público Legis.	Câmara Municipal
53		João Tavares Feitosa	Mov. Social	Igreja
54	BREJO SANTO			
55				
56				
57				



ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional
2ª Conferência Estadual das Cidades

58	MISSÃO VELHA	Valdery Rodrigues Júnior	Público Exec.	Prefeitura
59		Cícero Vagnaldo Ribeiro	Público Legis.	Câmara Municipal
60		Maria do Socorro de Brito Napomuceno		
61	GRANJEIRO			
62				
63	FARIAS BRITO	Frcª Rui Pereira	Público Exec.	
64		Jader Pinheiro	ONG's	
65	MILAGRES	José Hivantuyll Dantas Rodrigues	Público Exec.	Prefeitura
66		Frcº Ribamar Xavier	Cons. Classe	Cons. M. Saúde
67	BARRO	Djalma Feitosa Tavares	Público Exec.	
68		Francisca Rufino Pinheiro Oliveira	Público Legis.	
		João Martins de Souza	Sociedade Civil	
69	AURORA	Aderbal Albuquerque Bezerra	Público Exec.	
70		Maria Iracilda Leite Saraiva	Público Legis.	
71		Benedita Severo de Lima	Soc. Civil	
72	MAURITI	Mario Davi Martins de Lacerda	Público Exec.	
73		Amilson Marques da Silva	Público Legis.	
74		José Orlando Ferreira Furtado	Mov. Social	Ass. Mor. Dist. M.
75		Marcia Cristina Saraiva Santana	Mov. Social	E.E.F.M
76	PORTEIRAS			
77				
78	JARDIM	Marcos Antônio Sampaio de Sousa	Público Exec.	Prefeitura
79		Clara Lúcilá Luciano Aires	Público Legis.	Câmara Municipal
80		Fcrº Antônio de Sousa		
81	JATI			
82				
83	SANTANA. DO CARIRI	Vicente Paulo Ribeiro Bastos	Público Exec.	
84		Alexandre Magno feitosa Sales	Mov. Social	



10.2. DELEGADOS INDICADOS PARA PARTICIPAR DA 2ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DAS CIDADES

AGUARDANDO INFORMAÇÕES DO FELIPE

10.3. PARTICIPANTES DAS MESAS DE DEBATES

MESA DE DEBATE 01: PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

Nº	NOME	SEGMENTOS	GRUPOS
1.	Adriano Bezerra	Poder Público Municipal - Executivo	1
2.	Albaneide Timbó Araújo	Poder Público Municipal - Executivo	1
3.	Ana Cristina P. Leandro	Movimentos Sociais	1
4.	Ana Paula da Silva Pereira	Conselho Federal	1
5.	Ana Selma Lima de Sousa	Poder Público Municipal - Executivo	1
6.	André Augusto Cardoso Barroso		1
7.	Antonia Valdeglacia Damasceno	Poder Público Municipal - Executivo	1
8.	Antônio Gilvan Silva Paiva	ONG's	1
9.	Antônio José de Araújo Sousa	Poder Público Municipal - Executivo	1
10.	Antônio José de Sousa Morais	Trabalhadores	1



ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional
2ª Conferência Estadual das Cidades

11.	Antonio Luiz Mateus(Nino)	Movimentos Sociais	1
12.	Antônio Marcos Emiliano	Movimentos Sociais	1
13.	Antônio Rodrigues Ferreira Junior	Poder Público Municipal - Executivo	1
14.	Antonio Rodrigues Vasconcelos	Poder Público Municipal - Executivo	1
15.	Artanilse da Silva Pinheiro	Movimentos Sociais	1
16.	Cesar Rego		1
17.	Cristina Wu Shu	Empresários	1
18.	Cícero Batista de Oliveira	Movimentos Sociais	1
19.	Conceição Malvena Diógenes	Poder Público Estadual - Executivo	1
20.	Delegado Cavalcanti	Poder Público Estadual - Legislativo	1
21.	Deusdeth Alves Lima	Movimentos Sociais	1
22.	Edson Marques	Poder Público Municipal - Executivo	1
23.	Elaine Pereira Bezerra		1
24.	Eliana Gomes	Poder Público Municipal - Executivo	1
25.	Enilda Magalhães Frota	Poder Público Municipal - Executivo	1
26.	Ernesto Fontenele de Sousa	Poder Público Municipal - Legislativo	1
27.	Fernanda Maria Pinheiro		
28.	Francisca Djaneine Rodrigues Lopes	Movimentos Sociais	1
29.	Francisca Eliseuda Vieira	Movimentos Sociais	1
30.	Francisca Tanha Pereira Dantas	Movimentos Sociais	1
31.	Francisco Antônio de Paulo	Movimentos Sociais	1
32.	Francisco das Chagas Paiva	Poder Público Municipal - Executivo	1
33.	Francisco Eliseu Andrade Joca	ONG's	1
34.	Francisco Erivaldo Pinheiro	Poder Público Municipal - Executivo	1
35.	Francisco José Cunha	Movimentos Sociais	1
36.	Francisco Júlio de Araújo	Trabalhadores	1
37.	Franklim da Silva Nascimento	Poder Público Municipal - Executivo	1
38.	Frcº Elenilson G. do Nascimento	Movimentos Sociais	1
39.	Frcº Ferreira Pinto	Movimentos Sociais	1
40.	Gardênia Maria Ximenes Jereissate		1
41.	Isaac Facundo Carneiro	Poder Público Municipal - Executivo	1
42.	Ivonete Farias Denis	Movimentos Sociais	1
43.	Jamison Pilar Farias	Poder Público Municipal - Executivo	1
44.	Jerônimo Paulo Soares da Silva	ONG's	1
45.	João Jaime de Farias	Trabalhadores	1
46.	Josael Jário Santos Lima	Poder Público Municipal - Executivo	1
47.	José Alberto Silva Moreira	Movimentos Sociais	1
48.	José da Silva Sousa (Zezinho)	Movimentos Sociais	1
49.	José Moreira de Andrade	Poder Público Estadual - Executivo	1
50.	José Teles dos Santos	Trabalhadores	1
51.	José Wemersom Silva	Movimentos Sociais	1
52.	Karla Emanuelle Rocha Nogueira	Movimentos Sociais	1
53.	Laurence Bisol	Poder Público Estadual - Executivo	1
54.	Lélia Lis Lacerda		1



ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional
2ª Conferência Estadual das Cidades

55.	Mª Aparecida Alves da Silva	Movimentos Sociais	1
56.	Maria Araceles Vidal	Poder Público Municipal - Executivo	1
57.	Maria Aurileide Soriano	Movimentos Sociais	1
58.	Maria Carmelita Sampaio Colares	Conselho Federal	1
59.	Maria Conceição Silva Freitas	Trabalhadores	1
60.	Maria Cristina Alencar de Medeiros		1
61.	Maria Dalva dos Santos	Movimentos Sociais	1
62.	Maria de Lourdes Silva	Poder Público Municipal - Legislativo	1
63.	Maria do Rosário Rebouças da Silva	Movimentos Sociais	1
64.	Maria Eliane de Almeida Vaz	Movimentos Sociais	1
65.	Maria Eliene Cardoso Paiva	ONG's	1
66.	Maria Helena		1
67.	Maria Iracilda Leite Saraiva	Poder Público Municipal - Legislativo	1
68.	Maria Iuda de Sousa e Silva	Poder Público Municipal - Legislativo	1
69.	Maria José e Silva	Movimentos Sociais	1
70.	Maria Júlia Alves	Movimentos Sociais	1
71.	Maria Júlia Vasconcelos Ximenes		1
72.	Maria Leonia Furtado Sampaio	Poder Público Municipal - Executivo	1
73.	Maria Letícia Cosmo Santos	Movimentos Sociais	1
74.	Maria Marly da Costa Pereira	Trabalhadores	1
75.	Maria Mocinha Sansão	Movimentos Sociais	1
76.	Maria Noélia Batista Lima	Poder Público Municipal - Executivo	1
77.	Mario Davi Martins de Lacerda	Poder Público Municipal - Executivo	1
78.	Marlene de Freitas Pordeus		1
79.	Marlene Tomé Garcez	Movimentos Sociais	1
80.	Marta Brandão	Trabalhadores	1
81.	Meirivone Ferrer	ONG's	1
82.	Oscar Arruda D'Alva	ONG's	1
83.	Osvaldina Rosa Costa	Movimentos Sociais	1
84.	Paulo Araújo		1
85.	Prof. Ivan da Silva Queiroz	Entidades Profissionais e Acadêmicas	1
86.	Raimunda Moura Lima	Movimentos Sociais	1
87.	Raimunda Verenice de França	Poder Público Municipal - Executivo	1
88.	Raimundo Aurélio Monteiro da Silva	Entidades Profissionais e Acadêmicas	1
89.	Raimundo Nonato de Andrade	Poder Público Municipal - Executivo	1
90.	Regina Menescal		1
91.	Renata do Nascimento Pinto	Poder Público Municipal - Executivo	1
92.	Rilda Bezerra de Freitas	Poder Público Municipal - Executivo	1
93.	Rita H. Fonseca da Silva (tia Rita)	Poder Público Municipal - Legislativo	1
94.	Telma Regina Venâncio Vaes	Poder Público Municipal - Executivo	1
95.	Terezinha Feitosa de Mesquita	Movimentos Sociais	1
96.	Valéria Pinheiro	ONG's	1
97.	Vanda Martins Souto	Poder Público Municipal - Executivo	1
98.	Vera Lúcia de Araújo	Poder Público Municipal - Executivo	1
99.	Veridiana Martins de Oliveira	Poder Público Municipal - Executivo	1
100.	Vicente Honorato da Silva	Trabalhadores	1
101.	Zelina Batista Sena	ONG's	1



ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional
2ª Conferência Estadual das Cidades

102.	Zózimo Farias Filho	Poder Público Municipal - Executivo	1
103.	Mardonio de Lima Carneiro		
104.	Bismarck Bastos Alcântara		
105.	Amilcar de Castro Lima		
106.	Maria da Paz de O. Silva		
107.	Francisca Catarina Monteiro Gifoni		
108.	Vicente Paulo M. Vieira		
109.	Alexandre Dimitre A.Vaz		
110.	Maria do Socorro Martins Rios		
111.	Fernanda M. P. Pereira		
112.	Josefa Rodrigues de Oliveira		
113.	Regina Célia da Cunha Gomes		

MESA DE DEBATE 02: A QUESTÃO FEDERATIVA

Nº	NOME	SEGMENTOS	GRUPOS
1.	Adahil Pereira de Sena	Poder Público Estadual - Executivo	2
2.	Adriana K. Veras		
3.	Adriana Rodrigues Veras	Trabalhadores	2
4.	Antonio Valtimar P. Mesquita		
5.	Cândido Pinheiro Pereira	Movimentos Sociais	2
6.	Claudomiro Oliveira Holanda	Poder Público Municipal - Executivo	2
7.	Cleber Correia Pinho	Entidades Profissionais e Acadêmicas	2
8.	Elis Regina Lira Barros	Poder Público Municipal - Legislativo	2
9.	Francisca Lenita de Menezes	Poder Público Municipal - Executivo	2
10.	Francisca Maria B. Cruz	ONG'S	
11.	Francisca Maria de Sousa	ONG's	2
12.	Francisco de Assis Guedes Barros	Entidades Profissionais e Acadêmicas	2
13.	Francisco de Deus		
14.	Francisco Erivaldo Rodrigues	Poder Público Municipal - Legislativo	2
15.	Francisco José Melo Tavares		2
16.	Francisco José Silva Girão	Poder Público Municipal - Executivo	2
17.	Francisco Júlio de Araújo		
18.	Frcº Ronald Cabral M. Holanda	Poder Público Municipal - Executivo	2
19.	Gerry Ary da Costa		
20.	Inácio José Ponte de Aguiar		
21.	Jonab da Cruz Fernandes	Poder Público Municipal - Legislativo	2
22.	José Agacir Vieira de Castro		2
23.	José Bezerra de Sousa Junior	Poder Público Municipal - Executivo	2
24.	José Cândido da Silva Filho		



ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional
2ª Conferência Estadual das Cidades

25.	José Walney Costa Pinho	Poder Público Municipal - Executivo	2
26.	Júlio Filizola	Poder Público Municipal - Executivo	2
27.	Lana Aguiar de Araújo		2
28.	Lucivando Barbosa	Poder Público Municipal - Executivo	2
29.	Luis Antonio F. da Silva		
30.	Magno César Fernandes de Freitas	Poder Público Municipal - Executivo	2
31.	Manassés Rabelo Silva	Poder Público Municipal - Legislativo	2
32.	Maria dos Anjos Costa da Cruz		
33.	Maria Welbanise Machado	Conselho Federal	
34.	Maria Zefisa Soares Menezes		
35.	Marluce Aguiar		2
36.	Patrolino Dias de Sousa T. e Silva	Empresários	2
37.	Paulo Jilson Pontes Canuto	Poder Público Municipal - Executivo	2
38.	Raimundo Pereira de Nojosa	Poder Público Municipal - Legislativo	2
39.	Regina Lúcia de Pinho Rego		
40.	Vânia Lima Araripe	Poder Público Estadual	
41.	Wellyson Ferreira Marques	Trabalhadores	2

MESA DE DEBATE 03: POLÍTICA URBANA REGIONAL E METROPOLITANA

Nº	NOME	SEGMENTOS	GRUPOS
1.	Adriano Paulino da Almeida		
2.	Adriano Paulino de Almeida	Entidades Profissionais e Acadêmicas	3
3.	Agenor Cavalcante Mota		
4.	Alexandre Lucio Nunes		
5.	Alexandre Lúcio Nunes	Poder Público Municipal - Executivo	3
6.	Alexandre Veras	Conselho Federal	3
7.	Amilson Marques da Silva	Poder Público Municipal - Legislativo	3
8.	André Augusto Cardoso Barroso		
9.	Anderson Rafael C. Nunes	Movimentos Sociais	3
10.	Ant. Perreira dos Santos (Ary)	Poder Público Municipal - Legislativo	3
11.	Antão Roque de Freitas	ONG's	3
12.	Antonia Deusa Ribeiro Braga	Trabalhadores	3
13.	Antonia Valdeglacia Damasceno		
14.	Antonia Valdineide da Silva	Movimentos Sociais	3
15.	Antônio Campos da Silva	Movimentos Sociais	3
16.	Antonio Carlos Campelo Costa		
17.	Antonio Evandro F. Nogueira	Movimentos Sociais	3
18.	Antonio Honório Ricardo Freire		3
19.	Antônio José Rodrigues	Poder Público Municipal - Legislativo	3
20.	Antônio Pereira da Costa	Movimentos Sociais	3
21.	Antonio Perreira dos Santos		
22.	Antonio Pires de Souza		
23.	Antonio Ronaldo da Conceição Lino		
24.	Ascelino Teixeira Mendes Júnior		



ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional
2ª Conferência Estadual das Cidades

25.	Assis Morais		
26.	Augusto César Chagas Paiva	Entidades Profissionais e Acadêmicas	3
27.	Augusto Nilo Barbosa Capibaribe	Poder Público Municipal - Executivo	3
28.	Beatriz Montalverne Girão		3
29.	Beatriz Montalverne Girão		
30.	Benedito Rogério Neves Viana		3
31.	Carlos Roberto Cals de Melo Neto		3
32.	Carlos Roberto Carvalho Fujita	Empresários	3
33.	Carlos Roberto Carvalho Fujita		
34.	César Augusto P. Galvão		
35.	Cesar Augusto Pereira Galvão		3
36.	Cícero Kennedy Alves Pereira	Poder Público Municipal - Executivo	3
37.	Cícero Fernandes da Silva	Movimentos Sociais	3
38.	Cícero Vagnaldo Ribeiro	Poder Público Municipal - Legislativo	3
39.	Conceição Malvena Diógenes		
40.	Creuza Souza	Movimentos Sociais	3
41.	Ecildo Evangelista Filho	Poder Público Municipal - Executivo	3
42.	Eduardo Ney Cardoso		
43.	Eduardo Ney Fernandes Cardoso	Poder Público Estadual - Executivo	3
44.	Eliano Gino de Oliveira	Poder Público Municipal - Executivo	3
45.	Eliano Gino de Oliveira		
46.	Elie Morato da Cruz	Movimentos Sociais	3
47.	Elísio Loyola	Poder Público Municipal - Executivo	3
48.	Emerson Ribeiro Lessa		3
49.	Eraldo Rodrigues Aguiar	Poder Público Municipal - Legislativo	3
50.	Eugenia Maria Néri Batista		
51.	Eugênia Maria Néri Batista	Movimentos Sociais	3
52.	Euler Sobreira Muniz		3
53.	Eutárkio		3
54.	Eveline Vasconcelos	Poder Público Estadual - Executivo	3
55.	Expedito Jency Oliveira Aguiar	Poder Público Municipal - Executivo	3
56.	Fábia de Sales Nogueira	Poder Público Municipal - Executivo	3
57.	Fábio Peixoto Cavalcante		
58.	Fábio Peixoto Cavalcante (V.Prefeito)	Poder Público Municipal - Executivo	3
59.	Fátima Lúcia Andrade Feitosa		3
60.	Fernanda Ester Teixeira Lima	Poder Público Estadual - Executivo	3
61.	Fernando Luiz Lima		3
62.	Francisca Costa Martins		
63.	Francisca de Fátima Goldino Pereira		3
64.	Francisca Holanda		
65.	Francisca Maria B. Cruz	ONG's	3
66.	Francisco Carvalho de A. Coelho		
67.	Francisco Carvalho de Arruda Coelho	Entidades Profissionais e Acadêmicas	3
68.	Francisco Costa Rodrigues		
69.	Francisco Edison Alves Ferreira	Poder Público Municipal - Executivo	3
70.	Francisco Erlon Barros	Entidades Profissionais e Acadêmicas	3
71.	Francisco Erlon Barros		
72.	Francisco Flávio Machado de Oliveira		



ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional
2ª Conferência Estadual das Cidades

73.	Francisco Fontenele Meira	Entidades Profissionais e Acadêmicas	3
74.	Francisco José Leite de Barros		3
75.	Francisco José Leite de Barros		
76.	Francisco Orlando		
77.	Francisco Orlando Rodrigues Gomes	Poder Público Municipal - Executivo	3
78.	Francisco Soares Vieira	Trabalhadores	3
79.	Francisco Soares Vieira		3
80.	Francisco Wagner Costa Moreira	Poder Público Municipal - Executivo	3
81.	Frcº Honorato da Rocha	Movimentos Sociais	3
82.	Frcº Carlos Arruda Guerreiro	Trabalhadores	3
83.	Frcº Flavio Machado de Oliveira	Movimentos Sociais	3
84.	Frcº Nemésio Paulo de Sousa	Movimentos Sociais	3
85.	Frcº Wellington Bezerra da Costa	Poder Público Municipal - Executivo	3
86.	Geovana Brandão de Melo	Poder Público Municipal - Executivo	3
87.	Germana Faria Aragão		
88.	Germana Farias Aragão	Poder Público Municipal - Executivo	3
89.	Gilvan Guedes	Movimentos Sociais	3
90.	Hildo Moraes de Brito Junior	Entidades Profissionais e Acadêmicas	3
91.	Hugo Stenio Rodrigues Bezerra		3
92.	Israela Aragão de Andrade Furtado		3
93.	Israela Aragão de Andrade Furtado		
94.	Jairo César Oliveira	Movimentos Sociais	3
95.	Jefferson Vasconcelos Santos		
96.	Jeffersson Paulo Vasconcelos Santos	Poder Público Estadual - Executivo	3
97.	João Carlos Alcântra Leôncio		
98.	João Eudes	Movimentos Sociais	3
99.	João Leite de Araújo Neto		3
100.	Joaquim Bento Cavalcante Filho	Poder Público Municipal - Executivo	3
101.	José Airton R. Portela	Poder Público Municipal - Executivo	3
102.	José Airton R. Portela		
103.	José Almir Venâncio	Movimentos Sociais	3
104.	José Amaro dos Santos	Poder Público Municipal - Executivo	3
105.	José Arlindo Sampaio Siebra Junior	Trabalhadores	3
106.	José Carlos Nobre Freire	Poder Público Municipal - Executivo	3
107.	José Edson Brandão		
108.	José Eliaquinho da Costa	Poder Público Municipal - Executivo	3
109.	José Mairan Mota de Matos	Trabalhadores	3
110.	José Marques F. Neto		
111.	José Milton P. da Costa	Trabalhadores	3
112.	José Nunes de Sousa	Trabalhadores	3
113.	José Nunes de Souza		
114.	José Sílvio Martins de Souza	Poder Público Municipal - Executivo	3
115.	José Wilson Pinto Marcelo		3
116.	Josedna da Silva Dias		3
117.	Josedna da Silva Dias		
118.	Juarez Frutuoso da Silva	Poder Público Municipal - Executivo	3
119.	Linaide Silva Crispim		3



ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional
2ª Conferência Estadual das Cidades

120	Luciano Guimarães		3
121	Luiz Alves Noronha Junior		
122	Luiz Carlos Borba		
123	Luiz de Souza Filho (Lucier)	Poder Público Municipal - Executivo	3
124	Luiz Vieira Pacheco		3
125	Luiza de Marillac Ximenes Cabral		3
126	Luzie Torquato da Costa		3
127	Manoel Ferrera Lino	Movimentos Sociais	3
128	Manoel Saraiva Sobrinho	Poder Público Municipal - Executivo	3
129	Manoel Saraiva Sobrinho		
130	Marcos Alberto de Oliveira Vieira	Poder Público Municipal - Executivo	3
131	Marcos Amorim	Movimentos Sociais	3
132	Marcus Belmino B. Evangelista Filho	Empresários	3
133	Marcus Vinicius T. de Oliveira		
134	Marcus Vinicius Texeira de Oliveira	Poder Público Municipal - Executivo	3
135	Maria Cira de Melo Barbosa		3
136	Maria Cira de Melo Barbosa		
137	Maria Dalina Cavalcante e Silva	Poder Público Municipal - Executivo	3
138	Maria das Graças A. Silva		
139	Maria das Graças Azevedo Silva Pequeno	Poder Público Estadual - Executivo	3
140	Maria do Socorro dos Anjos	Trabalhadores	3
141	Maria Dolores A. Feitosa		
142	Maria Elda Pereira Medeiros	Movimentos Sociais	3
143	Maria Goreth Fernandes Nogueira	Movimentos Sociais	3
144	Maria Goreth Fernandes Nogueira		
145	Marileide da Silva Luz	ONG's	3
146	Marlúcia de R. de F. de S. Gomes	Movimentos Sociais	3
147	Mirela Holanda		3
148	Mirton Prata		
149	Nazareno Ferreira de Andrade	Poder Público Municipal - Executivo	3
150	Ozias Silvano da Silva	Poder Público Municipal - Executivo	3
151	Profa. Firminiana Santos Fonseca Siebra	Entidades Profissionais e Acadêmicas	3
152	Raimunda Alves da Costa	Poder Público Municipal - Executivo	3
153	Raimundo Carlos Lima Verde e Silva	Poder Público Municipal - Executivo	3
154	Raimundo Costa Nogueira	Poder Público Estadual - Executivo	3
155	Raimundo Irismar Azevedo Filho	Poder Público Municipal - Executivo	3
156	Raimundo Jovanil Oliveira	Poder Público Municipal - Executivo	3
157	Raimundo Valney Alencar Castro	Poder Público Municipal - Executivo	3
158	Raphael Azevedo		3
159	Regilvânia Mateus de Araújo	ONG's	3
160	Regina Maria da Silva Severino	Movimentos Sociais	3
161	Regina Rego		
162	Renata Moreira da Silva		3
163	Rita Maria Lopes Pinheiro		3
164	Roberto Ferreira Martins	Poder Público Municipal - Executivo	3
165	Roberto Luiz Lima Rodrigues		3
166	Roger Bonfim	Poder Público Municipal - Executivo	3
167	Ronald Bezerra (vereador)	Poder Público Municipal - Legislativo	3



ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional
2ª Conferência Estadual das Cidades

168	Rony César Bezerra Figueredo	Poder Público Municipal - Executivo	3
169	Silvana Sousa Valente de Oliveira		3
170	Silviane Torres		
171	Soraia Storari Brandão Pereira	Poder Público Municipal - Executivo	3
172	Tarcísio Studart Gomes		
173	Tatiana Sá		3
174	Terezinha Alves de Assis	Movimentos Sociais	3
175	Thêmis Aragão	Poder Público Municipal - Executivo	3
176	Valércio Branco	Poder Público Municipal - Executivo	3
177	Vicente Coelhos Barcelos	Poder Público Municipal - Executivo	3
178	Viana Maria de Carvalho Nogueira		
179	Viana Maria Pinho de Carvalho Nogueira	Poder Público Estadual - Executivo	3

MESA DE DEBATE 04: FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO URBANO

Nº	NOME	SEGMENTOS	GRUPOS
1.	Agenor Albano dos Santos	Poder Público Municipal - Executivo	4
2.	Agenor Albano dos Santos		
3.	Amilcar Ximenes Ponte		4
4.	Antônio Arilo Sousa Silva	Empresários	4
5.	Antônio José Brandão de Sousa	ONG's	4
6.	Antonio Martins da Rocha Júnior	Entidades Profissionais e Acadêmicas	4
7.	Antônio Soares	Poder Público Municipal - Executivo	4
8.	Antonio Soares de Araújo		
9.	Antonio Vanderley Portela e Vasconcelos		
10.	Ari de Oliveira Vasconcelos		
11.	Benedita neves de Castro (Bené)	Movimentos Sociais	4
12.	Carla Jane Andrade Sales Santana		4
13.	Cely Martins dos Santos		
14.	Cleofas Queiroz	Empresários	4
15.	Dimas de Castro S. Neto		
16.	Ernesto Fontenele de Sousa		
17.	Eudes Almeda Lima	Poder Público Municipal - Executivo	4
18.	Everardo de Sousa Ferreira	Poder Público Municipal - Executivo	4
19.	Fátima Carloto		
20.	Florida Martins de Almeida		
21.	Francisca Lenita de Menescal		
22.	Francisco Edson Martins Pinto	Trabalhadores	4



ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional
2ª Conferência Estadual das Cidades

23.	Francisco Hélio F. Machado	Poder Público Municipal - Executivo	4
24.	Francisco Hermenegildo Sousa Neto	Poder Público Municipal - Legislativo	4
25.	Francisco Nivardo Pinheiro		4
26.	Francisco Plínio Souza Gomes		4
27.	Gina Eugênia Girão	ONG's	4
28.	Gledso Ribeiro de Oliveira		
29.	Gleuberton Passini Mendonça	Poder Público Municipal - Executivo	4
30.	Ignácio Ribeiro Pessoa Montenegro		
31.	Inara Costa Nogueira	Poder Público Municipal - Executivo	4
32.	Iolanda bezerra da Silva	Poder Público Municipal - Executivo	4
33.	Ivone Farias Diniz		
34.	João Álcimo Viana Lima	Poder Público Municipal - Executivo	4
35.	João Alves Monteiro Junior	Poder Público Municipal - Executivo	4
36.	João Bezerra de Sousa	Entidades Profissionais e Acadêmicas	4
37.	João Fernando de Abreu Menescau		
38.	Jorge Everton de Medeiros Nogueira		
39.	Jorge Luis Ishimaru		
40.	Jorge Maurício Mapurunga Nogueira	Movimentos Sociais	4
41.	José Roberto B. de Araújo	Poder Público Municipal - Executivo	4
42.	José Fabiano Biana Brito		
43.	José Nivaldo Soares	Poder Público Municipal - Executivo	4
44.	José Paiva Campos		4
45.	José Ribamar Rodrigues	Poder Público Municipal - Executivo	4
46.	José Roberto B. de Araújo		
47.	José Rodrigues da Guia	Poder Público Municipal - Legislativo	4
48.	José Sampaio de Souza Filho	Poder Público Municipal - Executivo	4
49.	José Washington da Costa	Poder Público Municipal - Executivo	4
50.	José Wilson Ferreira Fritz		
51.	José Zivaldo Brandão Rocha	Poder Público Municipal - Executivo	4
52.	Josefa Edileuda da Silva		
53.	Liana Peixoto Brandão	Poder Público Estadual - Executivo	4
54.	Luciano Xavier Ribeiro	ONG's	4
55.	Luis Fernando Viana Coelho	Poder Público Municipal - Executivo	4
56.	Luiz Pereira Tavares (vice-prefeito)	Poder Público Municipal - Executivo	4
57.	Marcos Antônio Sampaio de Sousa	Poder Público Municipal - Executivo	4
58.	Marcos Vinício Silva Vieira		
59.	Marcos Vinícius Silva Vieira	Poder Público Municipal - Executivo	4
60.	Mardônio de Lima Carneiro	Movimentos Sociais	4
61.	Maria Claudia Nogueira		4
62.	Maria do Carmo Lira	Poder Público Municipal - Executivo	4
63.	Maria do Socorro Teles Cavalcante Sá	Poder Público Municipal - Executivo	4
64.	Maria Juraci Neves Duarte	Poder Público Municipal - Executivo	4
65.	Maria Mônica de Sá Tavares Teles		4
66.	Maria Nunes de Aquino	Movimentos Sociais	4



ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional
2ª Conferência Estadual das Cidades

67.	Paula Andréa Cavalcante Frota	Empresários	4
68.	Paulo César Barreto	Poder Público Municipal - Executivo	4
69.	Prof. Francisco Assis Bezerra da Cunha	Entidades Profissionais e Acadêmicas	4
70.	Raimundo Mundola Pereira		
71.	Ricardo Rocha Diógenes		4
72.	Sandra Miranda		4
73.	Silvia Freitas Aragão		
74.	Sílvia Freitas Aragão	Movimentos Sociais	4
75.	Tarcísio Christianne G. da Silva	Poder Público Municipal - Executivo	4
76.	Valdecy Araújo Freitas	Poder Público Municipal - Executivo	4
77.	Valdemar Ferreira de Almeida		4
78.	Valdery Rodrigues Júnior	Poder Público Municipal - Executivo	4
79.	Vandeci Araújo Freitas		
80.	Will Maranhão		



ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional
2ª Conferência Estadual das Cidades

10.4 MATRIZ DE PROPOSTAS COM RESPECTIVA PRIORIZAÇÃO

MATRIZ DAS PROPOSTAS

MESA DE DEBATE 01 – PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

Nº da Proposta	Proposta
A	Criar o Conselho Estadual da Cidade e apoiar a criação dos Conselhos Municipais, de forma paritária e com a participação de representação dos diferentes segmentos sociais incluindo as minorias, e com condições de funcionamento para assegurar a implementação, o controle e a fiscalização da Política de Desenvolvimento Urbano;
B	Instituir fóruns itinerantes de caráter permanente e de âmbito regional, para debates e discussões acerca da gestão democrática da cidade;
C	Dotar a comunidade de meios eficazes de informações e fiscalização das ações governamentais em todas as esferas, implantando, por exemplo, internet em todos os distritos;
D	Instituir Programas de Capacitação de Conselheiros municipais e estaduais, e demais lideranças comunitárias, sindicais, etc., com enfoque na temática da política urbana e legislação pertinente, através da realização de cursos, seminários e palestras, dentre outros eventos, visando fortalecer e qualificar suas atuações e o desempenho eficiente de suas funções;
E	Promover o orçamento participativo nas três esferas de poder, com a efetiva participação popular;



ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional
2ª Conferência Estadual das Cidades

F	Ampliar a participação da sociedade civil no âmbito do legislativo, através da realização de audiências públicas, fóruns, reuniões etc., buscando fortalecer os instrumentos de participação e controle social;
G	Criação de Ouvidorias nos três níveis de governo, para analisar e responder as questões encaminhadas pela sociedade;
H	Estimular o processo de organização das comunidades para a melhoria do desenvolvimento urbano e estimular parcerias entre as ONG's, fortalecendo as ações do terceiro setor, através de parceria em projetos e captação de recursos;
I	Criar um sistema de informações nas três esferas de poder que viabilize o desenvolvimento urbano, através da articulação dos canais existentes com municípios e regiões;
J	Realizar o diagnóstico/mapeamento da realidade dos Conselhos de participação social existentes no município, visando estabelecer uma política de capacitação e formação continuada nos diferentes temas de suas respectivas atuações, para o pleno exercício de suas funções;
K	Elaborar e implementar os Planos Diretores Municipais, com a efetiva participação da sociedade civil e através dos Conselhos Municipais da Cidade;
L	Implantar um Programa de Formação de Agentes de Desenvolvimento Urbano, de âmbito nacional e de caráter popular;



ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional
2ª Conferência Estadual das Cidades

CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS SELECIONADAS
MESA DE DEBATE 01 – PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

PROPOSTAS	Notas	Classificação
Criar o conselho estadual da cidade e apoiar a criação dos conselhos municipais, de forma paritária, de caráter deliberativo, com a participação de representação dos diferentes segmentos sociais, inclusive os segmentos de gênero, raça/etnia, sexualidade, geração e pessoas portadoras de necessidades especiais, com condições de funcionamento e orçamento assegurado (por lei) para implementação, controle e fiscalização da política de desenvolvimento urbano;	507	1 ^A .
Estimular o processo de organização das comunidades para melhoria do desenvolvimento urbano e estimular parcerias entre o poder público, ongs, movimentos sociais e populares, fortalecendo as ações de interesse da sociedade.	202	7 ^A .
Reafirmar o orçamento participativo enquanto processo de conquista popular e multiplicar as ações promovendo o orçamento participativo nas três esferas de poder, com a efetiva participação popular;	366	2 ^A .
Instituir Programas de Capacitação de Conselheiros municipais e estaduais, e demais lideranças comunitárias, sindicais, etc., com enfoque na temática da política urbana e legislação pertinente, através da realização de cursos, seminários e palestras, dentre outros eventos, visando fortalecer e qualificar suas atuações e o desempenho eficiente de suas funções;	208	6 ^A .



ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional
2ª Conferência Estadual das Cidades

Criar ouvidorias e garantir nas já existentes o atendimento as questões de interesse das cidades, nos três níveis de governo –federal,estadual e municipal;	175	8 ^A .
Elaborar e implementar os planos diretores municipais, com a efetiva participação da população e da sociedade civil organizada e através dos conselhos municipais da cidade (meio ambiente, saúde,popular , etc);	261	3 ^A .
<ul style="list-style-type: none">• Levar a discussão da LDO / PPA/Orçamento participativo para dentro das escolas, como conteúdo transversal, criando uma nova cultura de responsabilidade social.	221	4 ^A .
Realizar o mapeamento/diagnóstico da realidade dos conselhos de participação social existentes nos municípios, visando estabelecer uma política de capacitação e formação continuada, com enfoque na temática de política urbana e legislação pertinente, através da realização de cursos, seminários e palestras, dentro outros eventos, visando fortalecer e qualificar suas atuações e o desempenho eficiente de suas funções	211	5 ^A .



ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional
2ª Conferência Estadual das Cidades

MATRIZ DAS PROPOSTAS

MESA DE DEBATE 02 – A QUESTÃO FEDERATIVA

Nº da Proposta	Proposta
A	Formar Consórcios Públicos entre Municípios, Estado, União e Iniciativa Privada para: incentivar a agricultura; implantar aterros sanitários, sistema de reciclagem, pólos industriais, obras de infra-estrutura, sistema de transportes, estradas, equipamentos de saúde e educação, saneamento, etc, visando a geração de emprego e renda, o desenvolvimento urbano, econômico, social e cultural de municípios e regiões.
B	<p>Definir, de forma clara, o papel, a competência e as atribuições da União, Estado e Município, no tocante ao Desenvolvimento Urbano de Cidades e Regiões, com elaboração de instrumentos legais, principalmente quanto à habitação, saneamento, trânsito/transporte, meio ambiente e planejamento urbano, e implementar ampla campanha de divulgação das competências de cada ente federado.</p> <p>Sugestões de Competências:</p> <p>UNIÃO</p> <ul style="list-style-type: none">a) Financiamento e implementação de amplo Programa de Regularização de Imóveis Urbanos, articulado com os municípios;b) Financiamento do Sistema de Saneamento Ambiental;c) Elaboração de programas e financiamento de Construção de Moradias e Melhorias Habitacionais e criação do Fundo Nacional de Habitação;d) Financiamento de Projetos de Preservação Ambiental em áreas urbanas;e) Elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento Urbano das Cidades, tendo o Conselho Nacional das Cidades como instância propositiva e deliberativa na alocação de recursos e definição de prioridades, de forma articulada com os Conselhos Estaduais;f) Alocação de recursos extras para o Desenvolvimento Urbano. <p>ESTADO (REGIÃO):</p> <ul style="list-style-type: none">a) Definição de legislação regulamentando Consórcios entre o Estado, Regiões, Municípios e Entidades Privadas, para a definição equilibrada de recursos e investimentos.b) Fiscalização de trânsito;



ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional
2ª Conferência Estadual das Cidades

- c) Garantia de segurança pública;
- d) Manutenção / recuperação de rodovias estaduais;
- e) Fomento à implantação de indústrias.
- f) Implementação de uma Política Estadual de Monitoramento e Acompanhamento de Ações realizadas pelos municípios;
- g) Garantia de implementação e financiamento, através de parcerias, de Programas de Desenvolvimento Urbano nos municípios (pavimentação, saneamento, eletrificação, habitação, equipamentos urbanos, etc; desenvolvimento econômico, social e capacitação de equipes técnicas municipais, etc);
- h) Criação de Conselho Estadual das Cidades, como instância propositiva, deliberativa e intermediadora, articulado e integrado aos Conselhos Municipais e Nacional;
- i) Elaboração de Planos Integrados de Desenvolvimento Regional;
- j) Investimentos visando o desenvolvimento da zona rural, melhorando a qualidade de vida para prevenir a migração para os grandes centros urbanos.

Município

- a) Fiscalização e controle dos investimentos públicos municipais, beneficiando a zona urbana e rural;
- b) Controle de posturas urbanas;
- c) Abertura, pavimentação e sinalização de ruas urbanas, melhoria de arborização e da iluminação pública, construção e manutenção de equipamentos públicos, programas de educação ambiental, etc.;
- d) Otimização e/ou implementação do sistema de arrecadação dos impostos e taxas municipais;
- e) Criação Consórcios Públicos para fortalecer parcerias entre municípios e otimizar recursos;
- f) Municipalização do trânsito, regularização dos serviços de táxi e moto-táxi;
- g) Criação do Conselho Municipal da Cidade;
- h) Coleta sistemática e tratamento dos resíduos sólidos;
- i) Transporte escolar;
- j) Elaboração e implementação dos Planos Diretores;
- k) Garantia de abastecimento d'água para os distritos, articulado com o Estado;
- l) Mobilização de sociedade para participar do processo de elaboração de propostas e políticas de Desenvolvimento Urbano;
- m) Implementação da Regularização Fundiária em áreas urbanas.



ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional
2ª Conferência Estadual das Cidades

C	Instituir uma Comissão Tripartite de Política Urbana, visando a justa distribuição dos recursos entre os entes federados (inclusive os recursos de emendas do OGU), para a execução da política urbana e criação de um Fundo de Desenvolvimento Urbano, gerenciado e financiado em sua maior parte pela União, com participação do Estado e Municípios.
D	Definir nacionalmente o arcabouço legal, as diretrizes gerais e o financiamento para a gestão das Regiões Metropolitanas (consórcios, conselhos, convênios, etc).
E	Implementar um Programa Nacional de Capacitação Técnica dos Municípios, visando a elaboração de projetos para a captação de recursos federais, estaduais e de outras fontes, voltados para o Desenvolvimento Urbano.
F	Revisar os critérios de criação de novos municípios.
G	Ampliar os incentivos técnicos, educacionais e financeiros para os municípios de baixa renda (principalmente na Região Nordeste).
H	Promover, de forma integrada, a gestão de bacias hidrográficas das regiões, para garantir os usos múltiplos da água.



ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional
2ª Conferência Estadual das Cidades

CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS SELECIONADAS

MESA DE DEBATE 02 – A QUESTÃO FEDERATIVA

PROPOSTAS	NOTAS	CLASSIFICAÇÃO
Formar Consórcios Públicos entre Municípios, Estado, União para: incentivar a agricultura; implantar aterros sanitários, sistema de reciclagem, pólos industriais, obras de infra-estrutura, sistema de transportes, estradas, equipamentos de saúde e educação, saneamento, etc, visando a geração de emprego e renda, o desenvolvimento sustentável urbano, econômico, ambiental, social e cultural de municípios e regiões. (Lei 11.107/05)	226	2ª
Definir, de forma clara, o papel, a competência e as atribuições da União, Estado e Município, no tocante ao Desenvolvimento Urbano de Cidades e Regiões, com elaboração de instrumentos legais, principalmente quanto à habitação, saneamento, trânsito/transporte, meio ambiente e planejamento urbano, e implementar ampla campanha de divulgação das competências de cada ente federado. Sugestões de Competências: UNIÃO a) Financiamento e implementação de amplo Programa de Regularização de Imóveis Urbanos, articulado com o Estado e municípios; b) Financiamento do Sistema de Saneamento Ambiental ; c) Elaboração de programas e financiamentos, com subsídios para moradias de interesse social, de Construção de Moradias e Melhorias Habitacionais urbanas e rurais e regulamentação do Fundo Nacional de Habitação; d) Financiamento de Projetos de Preservação Ambiental em áreas urbanas e rurais; e) Elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento Urbano das Cidades e regiões, tendo o Conselho Nacional das Cidades como instância propositiva e deliberativa na	239	1ª



ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional
2ª Conferência Estadual das Cidades

alocação de recursos e definição de prioridades, de forma articulada com os Conselhos Estaduais e Municipais observado o princípio Tripartite de Gestão ;
f) Alocação de outros recursos não previstos para o Desenvolvimento Urbano, observada a relação e exigência do Desenvolvimento Rural em projetos integrados ;
g) Manutenção/ recuperação de rodovias federais

ESTADO (REGIÃO):

d) Orientar e apoiar a implementação de Consórcios entre o Estado, Regiões e Municípios para a definição equilibrada de recursos e investimentos.
e) Fiscalização de trânsito em rodovias estaduais;
f) Garantia de segurança pública;
d) Manutenção / recuperação de rodovias estaduais;
e) Fomento à implantação de indústrias de forma articulada com o Município;
f) Implementação de uma Política Estadual de Monitoramento e Acompanhamento de Programas e Ações, articulada com os municípios beneficiados;
g) Garantia de implementação e financiamento, através de parcerias, de Programas de Desenvolvimento Urbano nos municípios (pavimentação, saneamento, eletrificação, habitação, equipamentos urbanos, etc; desenvolvimento econômico, social e capacitação de equipes técnicas municipais, etc);
h) Criação de Conselho Estadual das Cidades, como instância propositiva, deliberativa e intermediadora, articulado e integrado aos Conselhos Municipais e Nacional;
i) Elaboração e implementação de Planos Integrados de Desenvolvimento Regional articulados com os Municípios;
j) Investimentos visando o desenvolvimento da zona rural, melhorando a qualidade de vida como estratégia de sustentabilidade.

MUNICÍPIO

a) Fiscalização e controle dos investimentos públicos municipais, beneficiando a zona urbana e rural;



ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional
2ª Conferência Estadual das Cidades

<p>b) Controle de posturas urbanas; c) Abertura, pavimentação e sinalização de ruas urbanas e estradas vicinais, melhoria de arborização e da iluminação pública, construção e manutenção de equipamentos públicos, programas de educação ambiental, etc.; d) Otimização e/ou implementação do sistema de arrecadação dos tributos municipais; e) Criação de Consórcios Públicos para fortalecer parcerias entre municípios e/ou outras esferas de Governo e instituições, com o objetivo de otimizar recursos; f) Efetivar a municipalização do trânsito e regularizar os serviços de táxi, moto-táxi e transporte alternativo; g) Criação do Conselho Municipal da Cidade; h) Coleta sistemática e tratamento dos resíduos sólidos; i) Transporte escolar; j) Elaboração e implementação dos Planos Diretores, assegurando a continuidade entre mandatos eletivos; l) Garantia da universalização do abastecimento d'água para todo o Município, articulado com o Estado e a União; m) Mobilização da sociedade civil para participar do processo de elaboração e implementação de propostas e políticas de Desenvolvimento Urbano; n) Implementação de mecanismos legais e outros que garantam a Regularização Fundiária em áreas urbanas, articuladas, quando necessário com Estado e União.</p>		
<p>Instituir uma Comissão Tripartite de Política Urbana, visando a justa distribuição dos recursos entre os entes federados (inclusive os recursos de emendas do OGU), para a execução da política urbana e criação de um Fundo de Desenvolvimento Urbano, gerenciado e financiado em sua maior parte pela União, com participação do Estado e Municípios.</p>	199	3ª
<p>Definir nacionalmente através da Comissão Tripartite de Política Urbana o arcabouço legal, as diretrizes gerais e o financiamento para a gestão das Regiões Metropolitanas (consórcios, conselhos, convênios, etc)., observando-se a necessidade, urgente de definição dos limites geográficos entre os Municípios.</p>	175	7ª



ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional
2ª Conferência Estadual das Cidades

Criar e implementar Programas Nacionais de Capacitação Técnica dos Municípios, com o concurso da Comissão Tripartite de Política Urbana, visando a elaboração de projetos para a captação de recursos federais, estaduais e de outras fontes, voltados para o Desenvolvimento Urbano.	186	5 ^a
Ampliar os incentivos técnicos, culturais, educacionais e financeiros para os municípios de baixa renda (principalmente na Região Nordeste), privilegiando os Programas de Crédito Popular	180	6 ^a
Promover, de forma integrada, a gestão sustentável de bacias hidrográficas das regiões, para garantir os usos múltiplos da água.	159	8 ^a
Assegurar aos municípios no mínimo 1/3 da arrecadação tributária nacional.	197	4 ^a



ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional
2ª Conferência Estadual das Cidades

MATRIZ DAS PROPOSTAS

MESA DE DEBATE 03 – POLÍTICA URBANA REGIONAL E METROPOLITANA

Proposta (Denominação)	Proposta
A	Promover o desenvolvimento urbano de forma mais equilibrada nos distritos e bairros, com a implantação de infra-estrutura, serviços e equipamentos públicos, visando reduzir as desigualdades;
B	Reduzir as desigualdades entre as varias regiões do país, através da distribuição mais equilibrada dos investimentos entre as regiões, assim como entre a capital do Estado e as cidades do interior;
C	Implantar a Política Nacional de Habitação, através da elaboração de um Plano Diretor Nacional de Habitação, que contemple, dentre outros, a construção e a melhoria de moradias populares de acordo com a realidade existente, priorizando os segmentos populacionais com renda inferior a um salário mínimo;
D	Incentivar o desenvolvimento regional de forma mais equilibrada, através da industrialização e do incentivo ao empreendedorismo, visando a redução das desigualdades sociais, através da geração de emprego e renda;
E	Incentivar a formação de pólos econômicos regionais para fortalecer a Política Urbana e Rural, priorizando cidades com economias menos dinâmicas e investindo nas potencialidades locais;
F	Elaborar Planos de Desenvolvimento Regional e incentivar, com suporte financeiro, a elaboração de Planos Diretores municipais, inclusive nos municípios com menos de 20.000 habitantes, identificando potencialidades e definindo ações a serem realizadas de forma sustentável e planejada;
G	Criar instâncias de participação e deliberação regional e metropolitana que possa, respeitando os limites territoriais, planejar de forma integrada e agir de forma compartilhada;



ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional
2ª Conferência Estadual das Cidades

CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS SELECIONADAS

MESA DE DEBATE 03 – POLÍTICA URBANA REGIONAL E METROPOLITANA

Código das Propostas	PROPOSTAS	Soma Notas	Classificação
A			1ª
B			3ª
C			2ª
D			6ª
E			5ª
F			4ª
G			
H			
M			8ª
O			7ª



ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional
2ª Conferência Estadual das Cidades

MATRIZ DE PROPOSTAS

MESA DE DEBATE 04: FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO URBANO

Nº da Proposta	Proposta
A	Viabilizar a criação de Fundos de Desenvolvimento Urbano, com recursos dos três entes da federação, voltados para o financiamento de projetos e obras, locais e regionais, de estruturação urbana, habitação de interesse social, saneamento ambiental, mobilidade urbana, dentre outros, bem como definir os mecanismos de Gestão dos Fundos, incluindo a participação popular e a participação financeira de cada ente federado. Sugestão: proporcional à participação de cada ente federado no montante geral da arrecadação nacional.
B	Implementar Programa de Capacitação de Gestão Municipal visando: o incremento e a melhoria da arrecadação das receitas próprias (IPTU, ISS, ITBI, Taxas, etc), a utilização dos instrumentos do Estatuto das Cidades (IPTU Progressivo, etc), e a captação de recursos existentes, em nível Estadual e Federal, a serem utilizados no desenvolvimento urbano dos municípios.
C	Estabelecer parcerias (a exemplo das PPPs), convênios e consórcios, entre o Poder Público (três níveis de governo), Iniciativa Privada e Sociedade Civil Organizada, para o financiamento de projetos, serviços e obras, voltados para o Desenvolvimento Urbano.
D	Ampliar os incentivos fiscais e financeiros para inclusão de atividades econômicas (ex: turismo, incentivo aos APLs, agroindústrias, dentre outras vocações) integradas com a Política de Desenvolvimento Urbano.



ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional
2ª Conferência Estadual das Cidades

E	Desburocratizar e simplificar o acesso aos financiamentos públicos federais destinados ao desenvolvimento urbano, notadamente à habitação de interesse social e à elaboração/revisão de Planos Diretores de Desenvolvimento.
F	Aprovar Lei Federal destinando um percentual do O.G.U. e da Loteria Federal para financiamento de projetos nas cidades, de acordo com os Planos Diretores locais e/ou regionais.
G	Rever o recolhimento do ISS das Concessionárias Públicas e Bancos, que vem sendo cobrado na origem, causando evasão de divisas.
H	Criar um Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano, composto dos seguintes recursos: 100% IPTU, 50% do IPVA, Taxas de Alvarás e Licenças, e Taxa de Iluminação Pública.
I	Promover campanhas de conscientização e incentivo junto à população sobre a importância do pagamento do IPTU e ISS, e para a exigência das Notas Fiscais, cujos recursos deverão ser aplicados nos serviços prestados à população.
J	Ampliação dos investimentos do FAT e FGTS e incentivos fiscais para instalação de empresas que invistam na promoção social das cidades.
K	Definir e implementar uma Política de Subsídio para os municípios com menores Índices de Desenvolvimento Humano e Econômico, municípios localizados na região do semi-árido e municípios com pequena base tributária mas que apresentam esforços de arrecadação.
L	Criar um sistema tributário eficiente e justo, de forma a assegurar as condições para o financiamento do desenvolvimento urbano. Sugestão: a União e o Estado devem descentralizar os impostos arrecadados para os municípios e aumentar os percentuais a serem repassados principalmente para saneamento, habitação e estruturação urbana.



ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional
2ª Conferência Estadual das Cidades

M	Incluir as propostas priorizadas pelo Conselho das Cidades, nas Leis Orçamentárias (LDO, LOA, PPA), nos três níveis de governo.



ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional
2ª Conferência Estadual das Cidades

CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS SELECIONADAS
MESA DE DEBATE 04: FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO URBANO

PROPOSTAS	Notas	Classificação
Viabilizar a implementação do Fundo Nacional de desenvolvimento urbano e a criar Fundos de Desenvolvimento Urbano Estadual e Municipal, com recursos dos respectivos entes federados, voltados para o financiamento de projetos e obras, locais e regionais, de estruturação urbana, habitação de interesse social, saneamento ambiental, mobilidade urbana, dentre outros, bem como definir os mecanismos de Gestão dos Fundos, valorizando os recursos e capacidades naturais, inclusive tecnologias e espaços produzidos, humanos e sociais, e políticos.	364	1ª
Modernizar a máquina arrecadadora municipal com a implementação de um programa de capacitação e gestão formando um quadro técnico permanente com funcionários efetivos. O objetivo é maximizar as ações administrativas, de finanças e de negócios públicos, incrementando a melhoria da arrecadação das receitas próprias (IPTU, ISS, ITBI, Taxas, etc), a utilização dos instrumentos do Estatuto das Cidades (IPTU Progressivo, etc), e a captação de recursos existentes, em nível Estadual e Federal, a serem utilizados no desenvolvimento urbano dos municípios.	310	2ª
Estabelecer parcerias (a exemplo das PPPs), convênios e consórcios, (ação consorciada, consórcios de município) entre o Poder Público (três níveis de governo), Iniciativa Privada e Sociedade Civil Organizada, para o financiamento de projetos, serviços e obras, voltados para o	146	5ª



ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional
2ª Conferência Estadual das Cidades

Desenvolvimento Urbano, inclusive através de incentivos fiscais e financeiros.		
Ampliação dos investimentos do FAT e FGTS e incentivos fiscais para a instalação de entes que invistam na promoção social das cidades.	122	8ª
Desburocratizar e simplificar o acesso aos financiamentos públicos federais destinados ao desenvolvimento urbano, notadamente à habitação de interesse social, saneamento, abastecimento e transporte, e à elaboração/revisão de Planos Diretores de Desenvolvimento.	191	3ª
Aprovar Lei Federal destinando um percentual do O.G.U. para financiamento de projetos nas cidades, de acordo com os Planos Diretores locais e/ou regionais, incluindo as propostas priorizadas pelo Conselho das Cidades, nas Leis Orçamentárias (PPA, LDO, LOA), nos três níveis de governo.	132	6ª
Definir e implementar uma Política de Apoio , inclusive de subsídio, para os municípios com menores Índices de Desenvolvimento Humano e Econômico, municípios localizados na região do semi-árido e municípios com pequena base tributária, mas que apresentem esforços de arrecadação e melhoria dos indicadores sócio-econômicos.	126	7ª
Participar da discussão da reforma tributária propondo a descentralização dos impostos arrecadados para os municípios e o aumento dos percentuais a serem repassados principalmente para saneamento, habitação e estruturação urbana, visando a criação de um sistema eficiente e justo, de forma a assegurar as condições para o financiamento do desenvolvimento urbano.	187	4ª



ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional
2ª Conferência Estadual das Cidades

Sugestão:

Reduzir o percentual do superávit primário destinando os recursos para saneamento, habitação e estruturação urbana.



ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional
2ª Conferência Estadual das Cidades

10.5 DELEGADOS ELEITOS NA ETAPA ESTADUAL PARA A 2ª CONFERÊNCIA NACIONAL DAS CIDADES - LISTAGEM DETALHADA

Nº	SEGMENTO	MUNICIPIO	NOME	INSTITUIÇÃO	ENDEREÇO
1	Poder Público Estadual - Executivo		José Diógenes Rocha Silva	SDLR	Centro Adm. Governador Virgílio Távora Ed. SEPLAN 1o. Andar - Cambéba / CEP. 60.830-120
2	Poder Público Estadual - Executivo		Lana Aguiar de Araújo	SDLR	Centro Adm. Governador Virgílio Távora Ed. SEPLAN 1o. Andar - Cambéba / CEP. 60.830-120
3	Poder Público Estadual - Executivo		Vania Lima Araripe	SDLR	Centro Adm. Governador Virgílio Távora Ed. SEPLAN 1o. Andar - Cambéba / CEP. 60.830-120
4	Poder Público Estadual - Executivo		José Moreira de Andrade	SEGOV	
5	Poder Público Estadual - Executivo		Fernanda Ester Teixeira Lima	SETUR	Centro Adm. Governador Virgílio Távora /Ed. SEPLAN térreo – / CEP. 60.830-120
6	Poder Público Estadual - Executivo		Maria das Graças Azevedo Silva Pequeno	CAGECE	
1	Poder Público Estadual - Legislativo		Delegado Cavalcante	Assembléia Legislativa	
2	Poder Público Estadual - Legislativo		Chico Lopes	Assembléia Legislativa	
3	Poder Público Estadual - Legislativo				
1	Poder Público Municipal - Executivo	Fortaleza	Raimundo Jovanil Pereira Oliveira	Gabinete Prefeita	Av. Luciano Carneiro, 2235 - Vila União - 60410-691
	(suplente)	Fortaleza	Gledson Ribeiro de Oliveira	SEMAM	Rua Antônio Augusto, 1571 - Aldeota - 60110-370
2	Poder Público Municipal - Executivo	Fortaleza	Wanda Maria Martins Souto	SEPLAN	Av. Luciano Carneiro, 2235 - Vila União - 60410-691
	(suplente)	Fortaleza	Júlio Filizola	SER I	Rua Dom Jerônimo, 20 - Otávio Bonfim - 60011-170



ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional
2ª Conferência Estadual das Cidades

3	Poder Público Municipal - Executivo	Caucaia	José Walney Costa Pinho	F. Meio Ambiente	Rua 317, casa 76 - Nova Metrópole
	(suplente)	Fortaleza	Francisco Wellington Bezerra da Costa	Sec. R.H. e Pat. P.M.	Rua 16 C, Casa 48A - Conjunto Industrial
4	Poder Público Municipal - Executivo	Eusébio	Tarcísio Christianne Gomes da Silva	Sec. Cultura	Rua Mineirolândia, s/n - Centro
	(suplente)	Maranguape	Amando Candeira Costa Filho	Prefeitura	Horto Flo. - Av. Stênio Gomes, s/nP. Iracema
5	Poder Público Municipal - Executivo	Canindé	Fábria de Sales Nogueira	SEINFRA	Rua Barros dos Santos, 1449 - Sta. Clara
	(suplente)	Milhã	Rony César Bezerra Figueredo		
6	Poder Público Municipal - Executivo	Cruz	José Bezerra de Sousa Junior		
	(suplente)	Amontada	Jamison Pilar Farias	Prefeitura	Praça Cel Antônio Belo, 651
7	Poder Público Municipal - Executivo	Crato	Alexandre Lúcio Nunes	Prefeitura	Rua Cel. Raimundo Lobo, 256 - São Miguel
	(suplente)	Iguatu	Gleuberton Passini Mendonça	SEINFRA	
8	Poder Público Municipal - Executivo	Itapiúna	Valdecy Araújo Freitas	Prefeitura	
	(suplente)	Redenção	Iolanda Bezerra da Silva	Prefeitura	
9	Poder Público Municipal - Executivo	Jaguaribe	Fábio Peixoto Cavalcante	Gabinete Prefeito	Rua Cônego Mourão, 210 - Centro
	(suplente)	Aracati	Raimundo Carlos Lima Verde e Silva	Prefeitura	Rua Paula Nei, 400 - Apt. 101 - Aldeota
10	Poder Público Municipal - Executivo	Viçosa	José Nivaldo Soares	Gabinete Prefeito	Rua Silva Jardim, 436 - Centro
	(suplente)				
11	Poder Público Municipal - Executivo	Tauá	João Alcimo Viana Lima		
	(suplente)				
		Fortaleza	Will Maranhão	HABITAFOR	Av. Heráclito Graça, 660 - Centro - 60140-060
		Fortaleza	Soraia Stonari Brandão Pereira	SER II	R. Prof. Juraci Mendes de Oliveira, 01 - Edson Queiroz - 60811-450



ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional
2ª Conferência Estadual das Cidades

1	Poder Público Municipal - Legislativo	Caucaia	Raimundo Pereira de Nojosa	Câmara Municipal	Praça Cel. Fausto Sales,464 - Centro
2	Poder Público Municipal - Legislativo	Canindé	Francisco Celso Crisóstomo Secundino	Câmara Municipal	Rua Paulino Barroso, 1066 - Centro
3	Poder Público Municipal - Legislativo	Mauriti	Amilson Marques da Silva	Câmara Municipal	
4	Poder Público Municipal - Legislativo	Amontada	José Rodrigues da Guia	Câmara Municipal	Rua Padre Joaquim Teodoro,675 CEP:62540-000
5	Poder Público Municipal - Legislativo				
1	Movimentos Sociais e Populares	Fortaleza	Marcos Amorim		
2	Movimentos Sociais e Populares	Fortaleza	Regina Maria da Silva Severino	FBFF	
3	Movimentos Sociais e Populares	Fortaleza	José Alberto Silva Moreira	CMP	
4	Movimentos Sociais e Populares	Fortaleza	Maria Dalva dos Santos	FBFF	
6	Movimentos Sociais e Populares	Fortaleza	Maria Eliane de Almeida Vaz	CMP	
5	Movimentos Sociais e Populares	Maracanaú	Anderson Rafael Cavalcante Nunes	União de Juv. Soc.	
7	Movimentos Sociais e Populares	Pedra Branca	Francisco Flávio Machado de Oliveira		Distrito de Santa Cruz do Banabuiu CEP:63630-000
8	Movimentos Sociais e Populares	Sobral	José da Silva Sousa (Zezinho)		
9	Movimentos Sociais e Populares	Morada Nova	Maria José e Silva	FUNECCM	Rua Cipriano Maia, 294 CEP: 62940-000
10	Movimentos Sociais e Populares	Beberibe	Mardônio de Lima Carneiro	Con. Participativa G.	Rua do Mercado, 287 - Sucatinga CEP:62840-000
11	Movimentos Sociais e Populares	Maracanaú	Cândido Pinheiro Pereira	Ass. Com. Delmiro G.	
12	Movimentos Sociais e Populares		Antônio Eduardo Ferreira Nogueira		
13	Movimentos Sociais e Populares	Maracanaú	Manual Ferreira Lino		
14	Movimentos Sociais e Populares		Maria Letícia Cosmo Santos		
15	Movimentos Sociais e Populares		Francisco Antônio de Paula		
16	Movimentos Sociais e Populares		Maria Gorete Fernandes		
17	Movimentos Sociais e Populares		Francisca Tânia Pereira Dantas		
18	Movimentos Sociais e Populares		Gilvan Guedes		
19	Movimentos Sociais e Populares		Francisco Elenilson G. do Nascimento		



ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional
2ª Conferência Estadual das Cidades

20	Movimentos Sociais e Populares		Edileuza		
1	Empresários	Fortaleza	Carlos Roberto Carvalho Fujita	SINDUSCON	
2	Empresários	Fortaleza	Patriolino Dias de Sousa T. e Silva	SINDUSCON	
3	Empresários	Fortaleza	Paula Andréa Cavalcante Frota	SINDUSCON	
4	Empresários	Canindé	Antônio Arilo Sousa Silva	AST - Eng. Ltda	Rua Gervásio Martins,188 - sala 106 - Centro CEP: 62700-000
5	Empresários	Amontada	Cleofas Queiroz	Comerciante	Praça Cel Antônio Belo, 584 CEP:62540-000
6	Empresários	Horizonte	Cristina Wu Shu	Santana Têxtil B. S/A	Av. Pres. Castelo Branco, 2015 - Catolé CEP: 62880-000
7	Empresários	Morada Nova	Marcus Belmino B. Evangelista Filho	CDL	Rua Cipriano Maia, 231 CEP: 62940-000
1	Trabalhadores	Fortaleza	José Milton Pereira da Costa	Sin. Metalúrgicos	Rua 13, nº 10 - Conjunto Industrial CEP: 61925-250
2	Trabalhadores	Fortaleza	Marta Brandão da Silva	CUT	
3	Trabalhadores	Fortaleza	José Teles dos Santos		
4	Trabalhadores	Caucaia	Luis Antônio Ferreira da Silva	AAMIRC/Ag. Saúde	Rua Coronel Correa, 2387 - Centro
5	Trabalhadores	Sobral	Francisco Júlio de Araújo	Sind. Trab. Rurais	
6	Trabalhadores		José Arlindo Sampaio Sielna Jr.		
7	Trabalhadores		Maria da Conceição Silva Freitas		
1	ONGs	Fortaleza	Valéria Pinheiro	Cearah Periferia	
2	ONGs	Fortaleza	Antônio Gilvan Silva Paiva	Instituto da Cidade	
3	ONGs	Sobral	Luciano Xavier Ribeiro	Construtor da Paz	
1	Entidades Profissionais e Acadêmicas		Ascelino Teixeira Mendes Jr.	UFC	
2	Entidades Profissionais e Acadêmicas		Adriano Paulino de Almeida	UECE	
3	Entidades Profissionais e Acadêmicas		Ivan da Silva Queiroz	URCA	
4	Entidades Profissionais e Acadêmicas		Francisco de Assis Guedes Barros	UVA	
5	Entidades Profissionais e Acadêmicas		Antonio Martins da Rocha Jr.	IAB/CE	



ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional
2ª Conferência Estadual das Cidades

1	Conselhos Federais		Maria Carmelita Colares	CRESS	Rua Prof. Henrique, 365 - Messejana
----------	---------------------------	--	-------------------------	-------	-------------------------------------

10.6. DECRETO ESTADUAL

DECRETO Nº27.754, de 01 de abril de 2005.

CONVOCA A 2ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DAS CIDADES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições, que lhe confere o art.88, incisos IV e VI da Constituição Estadual, e CONSIDERANDO a política desenvolvida pelo Ministério das Cidades, no sentido de que entes federativos promovam detalhamento da Política Urbana através de orientação gerada pela 2ª Conferência Estadual das Cidades; DECRETA:

Art.1º Fica convocada a 2ª Conferência Estadual das Cidades, a se realizar nos dias 23 e 24 de setembro de 2005, em Fortaleza-CE, sob a coordenação e presidência do titular da Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional, que será substituído pelo Secretário



ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional
2ª Conferência Estadual das Cidades

Adjunto no caso de eventual ausência ou impedimento

Art.2º A 2ª Conferência Estadual das Cidades seguirá procedimentos e recomendações constantes no Decreto Federal s/nº, de 11 de fevereiro de 2005, Edição número 29 de 14/02/2005, publicado no Diário Oficial da União, desenvolvendo seus trabalhos a partir do lema “Reforma Urbana: Cidade para Todos” e sob o tema “Construindo uma Política Nacional de Desenvolvimento Urbano”.

Art.3º O Secretário de Estado do Desenvolvimento Local e Regional constituirá, mediante Portaria, a Comissão Preparatória da 2ª Conferência Estadual das Cidades.

Parágrafo único Caberá à Comissão Preparatória definir temário, pauta da Conferência, critério para a participação e critério para eleição dos delegados para a etapa nacional, respeitadas as diretrizes e as definições do Regimento da 2ª Conferência Nacional das Cidades.

Art.4º As despesas com a realização da 2ª Conferência Estadual das Cidades correrão por conta dos recursos orçamentários



ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional
2ª Conferência Estadual das Cidades

próprios da Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional.

Art.5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO IRACEMA DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ,
em Fortaleza, aos 01 de abril de 2005.

Lúcio Gonçalo de Alcântara

GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ

Alex Araújo

SECRETÁRIO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL



ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional
2ª Conferência Estadual das Cidades

10.7 REGIMENTO ESTADUAL

REGIMENTO ESTADUAL 2ª Conferência Estadual das Cidades

CAPITULO I

DOS OBJETIVOS

Art. 1º - A 2ª Conferência Estadual das Cidades do Estado do Ceará convocada por Decreto Estadual de 01 de abril de 2005, será realizada de 26 a 27 de setembro de 2005 e terá os seguintes objetivos e finalidades:

I - Propor diretrizes para a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, especialmente, sobre as seguintes temáticas:



ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional
2ª Conferência Estadual das Cidades

- a) Participação e controle social;
- b) Questão federativa;
- c) Política urbana regional e Regiões Metropolitanas;
- d) Financiamento das políticas urbanas nos âmbitos federal, estadual e municipal.

II - Propor orientações e recomendações sobre a aplicação da Lei 10.257 de 2001 (Estatuto da Cidade), especialmente, sobre a elaboração de planos diretores;

III - Propor, aos Municípios e Estado, diretrizes de políticas de desenvolvimento urbano regional;

IV - Indicar prioridades de atuação ao Ministério das Cidades;

V - Propor a natureza, a composição e novas atribuições do Conselho das Cidades - ConCidades;

VI - Realizar balanço dos resultados das deliberações da 1ª Conferência Estadual, da 1ª Conferência Nacional e da atuação do Conselho das Cidades;

VII - Avaliar o sistema de gestão e implementação da política urbana, tendo por base a relação com a sociedade na busca da construção de uma esfera público-participativa;

VIII - Avaliar os instrumentos de participação social na elaboração e implementação das diversas políticas públicas;



ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional
2ª Conferência Estadual das Cidades

IX - Propor a periodicidade, a convocação e a organização das próximas Conferências Nacionais das Cidades;

X - Apresentar subsídios para a estruturação do Sistema Nacional de Gestão Democrática das Cidades, compreendendo a política de desenvolvimento urbano e suas políticas específicas de habitação; de saneamento ambiental e de trânsito, transporte e mobilidade urbana.

CAPÍTULO II

DA REALIZAÇÃO

Art. 2º - A 2ª Conferência Estadual das Cidades, que será integrada por representantes democraticamente escolhidos na forma prevista neste Regimento, tem abrangência estadual e, conseqüentemente, suas análises, formulações e proposições devem ter esta dimensão.

§ 1º - A 2ª Conferência Estadual das Cidades tratará de temas de âmbito estadual, considerando as consolidações das Conferências Municipais.

§ 2º - Todos os delegados (as) com direito a voz e voto, e convidados (as) com direito a voz, presentes à 2ª Conferência Estadual das Cidades, devem reconhecer a precedência das questões de âmbito estadual e atuar sobre elas, em caráter avaliador, formulador e propositivo.

Art. 3º - A realização da 2ª Conferência Estadual das Cidades será antecedida por etapas, no âmbito municipal.



ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional
2ª Conferência Estadual das Cidades

§ 1º - Serão admitidas Conferências realizadas por agrupamentos regionais de municípios, ou por quaisquer outras formas de associação entre os mesmos.

§ 2º - Em todas essas etapas será debatido o temário central proposto para a 2ª Conferência Estadual.

Art. 4º - As etapas antecedentes da 2ª Conferência Estadual das Cidades serão realizadas no período de 20 de abril a 31 de julho de 2005.

§ 1º - A não realização da etapa no âmbito municipal não será impedimento para a realização da 2ª Conferência Estadual.

§ 2º - A 2ª Conferência Estadual será realizada em Fortaleza, sob os auspícios do Governo do Estado. As conferências municipais ocorrerão por conta dos respectivos municípios.

CAPÍTULO III

DO TEMÁRIO

Art. 5º. - Nos termos do Decreto Estadual n. 27.754 de 01 de abril de 2005, a 2ª Conferência Estadual das Cidades a exemplo da Nacional terá como lema: "Reforma Urbana: Cidades para Todos" e tema: "Construindo a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano".



ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional
2ª Conferência Estadual das Cidades

Parágrafo Único - O tema deverá ser desenvolvido de modo a articular e integrar as diferentes políticas urbanas, de maneira transversal.

Art. 6º. - Os Relatórios das Conferências Municipais e/ou Regionais devem ser entregues à Coordenação Executiva de que tratam os art. 12 e seguintes deste Regimento em até 05 (cinco) dias úteis após a realização das mesmas, para que possam ser consolidados e sirvam de subsídio às discussões na 2ª Conferência Estadual das Cidades.

Art. 7º. – Os textos sobre o temário central que subsidiarão as discussões da 2ª Conferência Estadual das Cidades, serão elaborados pela Coordenação Executiva Nacional.

Art. 8º - A Conferência será composta de mesas de debates.

§ 1º - Nas mesas de debates, será garantida a participação dos segmentos que compõem a 2ª Conferência Estadual das Cidades;

2º - Os grupos temáticos contarão com um facilitador (a) e um relator (a);

§ 3º Nos trabalhos dos grupos não serão tratados temas específicos além daqueles definidos a partir do temário central.

Art 9º - A 2a. Conferência Estadual produzirá um relatório final, a ser encaminhado aos Municípios, ao Governador do Estado e ao Ministério das Cidades.



ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional
2ª Conferência Estadual das Cidades

Art. 10 - A Conferência Estadual deverá debater o temário da 2ª Conferência Nacional das Cidades, independente dos temas próprios e autônomos das respectivas realidades e esferas político-administrativas.

CAPÍTULO IV

DA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Art. 11 - A 2ª. Conferência Estadual das Cidades será presidida pelo Secretário do Desenvolvimento Local e Regional e, na sua ausência ou impedimento eventual, pelo Secretário Adjunto da referida Secretaria, conforme estabelecido no Decreto Estadual n. 27.754 de 01 de abril de 2005.

Art. 12 - Para a organização e desenvolvimento de suas atividades a 2ª Conferência Estadual das Cidades contará com uma Coordenação Executiva e com uma Comissão Preparatória.

Art. 13 - A Coordenação Executiva será composta por uma equipe técnica da Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional, conforme anexo I.

Art. 14 - À Coordenação Executiva compete:

I - elaborar a proposta de programação da 2ª Conferência Estadual das Cidades;

II - dar cumprimento às deliberações da Comissão Preparatória;



ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional
2ª Conferência Estadual das Cidades

III - estimular e apoiar as Conferências Municipais e/ou Regionais nos seus aspectos preparatórios da 2ª Conferência Estadual das Cidades;

IV - elaborar proposta definindo critérios e modalidades de participação e representação à 2ª Conferência Estadual das Cidades;

V - promover divulgação adequada da 2ª Conferência Estadual das Cidades;

VI - promover a elaboração de documentos oficiais e textos vinculados ao temário da 2ª Conferência Estadual das Cidades;

VII - elaborar o Relatório Final e os Anais da 2ª Conferência Estadual das Cidades, assim como promover a sua publicação e divulgação;

VIII - promover contato formal com a Assembléia Legislativa e com as diversas instituições operadoras do Direito, visando informá-los do andamento da organização da 2ª Conferência Estadual das Cidades, assim como divulgá-la perante os mesmos.

Parágrafo único – O Secretário de Desenvolvimento Local e Regional designará um Coordenador Geral da Coordenação Executiva.

Art. 15 - A Comissão Preparatória será composta por 25 representantes dos segmentos sociais com reconhecida atuação e/ou abrangência estadual, que atuam nas áreas de Habitação, Saneamento Ambiental, Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana e Programas Urbanos, assim distribuídos e que constam no anexo II:



ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional
2ª Conferência Estadual das Cidades

- I. Gestores públicos, executivo e legislativo, estaduais, municipais;
- II. Movimentos sociais e populares;
- III. Organizações Não Governamentais;
- IV. Entidades sindicais de trabalhadores e empresários;
- V. Entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa;
- VI. Conselhos de Classe.

Art. 16 - Compete à Comissão Preparatória:

- I – supervisionar e promover a realização da 2ª Conferência Estadual, atendendo aos aspectos técnicos, políticos e administrativos;
- II – propor os nomes dos facilitadores (as) e relatores (as), bem como os documentos técnicos e textos de apoio;
- III - propor os critérios e modalidades de participação e representação dos (as) interessados (as);
- IV - atuar junto à Coordenação Executiva, formulando, discutindo e propondo as iniciativas referentes à organização da 2ª Conferência Estadual das Cidades;
- V - atuar como elo de ligação entre a Coordenação Executiva e as demais entidades de âmbito estadual;



ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional
2ª Conferência Estadual das Cidades

VI - mobilizar seus (as) parceiros (as) e filiados (as), no âmbito de sua atuação no Estado, para preparação e participação nas Conferências Municipais e Estadual.

CAPÍTULO V

DOS PARTICIPANTES

Art. 17 - A 2ª Conferência Estadual das Cidades, em suas diversas etapas, deverá contar com a participação de representantes dos segmentos constantes do artigo 20 e interessados nas questões relativas à política urbana, à habitação, ao saneamento ambiental, ao trânsito, transporte e mobilidade urbana.

Art. 18 - Os participantes da 2ª Conferência Estadual das Cidades se distribuirão em duas categorias:

I – delegados (as) com direito a voz e voto;

II – convidados (as) com direito a voz;

Parágrafo Único - Os critérios para escolha dos (as) convidados (as) serão definidos pela Coordenação Executiva.

Art. 19 - Serão delegados à 2ª Conferência Estadual das Cidades;

I – os (as) eleitos (as) nas Conferências Municipais e/ou Regionais, de acordo com a tabela do anexo III.



ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional
2ª Conferência Estadual das Cidades

II – os (as) indicados (as) pelos diversos segmentos, respeitadas as proporcionalidades.

Art. 20 - A representação dos diversos segmentos na 2ª Conferência Estadual das Cidades, em todas as suas etapas, deve ter a seguinte composição:

I - Gestores, administradores públicos e legislativos - estaduais e municipais, 42,8%;

II - Movimentos sociais e populares, 26,7%;

III – Organizações Não Governamentais, 4,2%;

IV - Entidades Sindicais

Trabalhadores, 9,9%;

Empresários, 9,9%.

V – Entidades Profissionais, acadêmicas e de pesquisa, 6%;

VI - Conselhos de Classe, 1%.

Art. 21 - A 2ª Conferência Estadual das Cidades terá uma composição total de 803 delegados (as).



ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional
2ª Conferência Estadual das Cidades

§ 1º - Os 60 representantes do Poder Público Estadual serão indicados pelo Executivo e pela Assembléia Legislativa Estadual. Seguindo a proporcionalidade de 2/3 para o Executivo e 1/3 para o Legislativo.

§ 2º - Os demais 740 delegados serão assim distribuídos;

I - 40 delegados (as) indicados (as) pelos Conselhos e entidades de classe, entidades acadêmicas e de pesquisa;

II - 703 delegados (as) eleitos nas Conferências Municipais e/ou Regionais.

CAPÍTULO VI

DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 22 - As despesas com a organização geral e com a realização da 2ª Conferência Estadual das Cidades correrão por conta de recursos orçamentários próprios do Governo do Estado através da Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 23 - A Comissão Preparatória acompanhará e deliberará sobre as atividades da Coordenação Executiva, devendo o Coordenador Geral apresentar relatórios em todas as reuniões ordinárias da Comissão Preparatória.



ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional
2ª Conferência Estadual das Cidades

CAPÍTULO VIII

DAS CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS E REGIONAIS

Art 24 - As Conferências Municipais podem ser realizadas em nível municipal, regional, intra-regional ou por outros agrupamentos de municípios.

Parágrafo Único - O nível de articulação entre municípios para a realização das Conferências Municipais ficará a cargo dos municípios envolvidos.

Art 25 - Para a realização de cada Conferência Municipal, deverá ser constituída uma Comissão Preparatória com a participação de representantes dos diversos segmentos, conforme estabelecido no art. 20 deste Regimento.

Parágrafo único - A Comissão Preparatória Municipal e/ou Regional deverá comunicar, por ofício, à Comissão Preparatória Estadual, através da Coordenação Executiva Estadual, a sua adesão formal ao processo de preparação da 2ª Conferência Estadual das Cidades, e explicitar, na divulgação do evento, a sua condição de "etapa preparatória Municipal e/ou Regional da 2ª Conferência Nacional das Cidades".

Art 26 – O Executivo Municipal tem a prerrogativa de convocar a Conferência Municipal, através de Decreto Municipal, com publicidade, até o prazo de 10 de maio de 2005.



ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional
2ª Conferência Estadual das Cidades

Art 27 - Cabe à respectiva Comissão Preparatória definir regimento, data, local, critério de participação, temário e pauta da Conferência Municipal.

§1º - A Comissão Preparatória Municipal deve enviar essas informações à Comissão Preparatória Estadual e à Coordenação Executiva Estadual, no máximo, até 10 dias após a data de 30 de junho de 2005, a fim de validá-la.

§2º - O temário das Conferências Municipais deve contemplar as questões municipais e também o temário estadual.

Art 28 - Os resultados das Conferências Municipais devem ser remetidos à Comissão Preparatória Estadual, em até 05 dias após a realização da mesma.

Art 29 - O critério de eleição de delegados das Conferências Municipais e/ou Regionais para a Conferência Estadual será definido pela Comissão Preparatória Municipal.

§1º - Cada município terá direito a um número máximo de delegados (as) para a etapa estadual, conforme o Anexo III, constante deste Regimento.

§2º - Os delegados (as) para a etapa estadual devem obedecer à distribuição por segmento, conforme previsto no art. 20 deste Regimento.



ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional
2ª Conferência Estadual das Cidades

Art 30 - Os casos omissos e conflitantes deverão ser decididos pela Comissão Preparatória Municipal, cabendo recurso à Comissão Preparatória Estadual.



ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional
2ª Conferência Estadual das Cidades

10.8 COMISSÃO PREPARATÓRIA ESTADUAL

COORDENAÇÃO EXECUTIVA

Coordenador Estadual

Felipe Sobreira Rodrigues

Equipe Técnica

Vânia Lima Araripe

Sandra Costa de Miranda

Marluce Aguiar de Queiroz

Anexo II

COMISSÃO PREPARATÓRIA

Gestores Públicos

Executivo

Luiza de Marilac Ximenes Cabral

Joaquim Firmino Filho

José Moreira de Andrade

Fernanda Éster Teixeira Lima

Elaine Lima Paiva

Francisco José Melo Tavares

Secretaria do Planejamento e Coordenação

Secretaria da Infra-estrutura

Secretaria do Governo

Secretaria do Turismo

Associação dos Municípios e Prefeitos do Estado do Ceará

Associação dos Municípios do Maciço de Baturité

Legislativo

Dep. Francisco Lopes

Dep. Meire Costalima

Assembléia Legislativa do Estado do Ceará

Assembléia Legislativa do Estado do Ceará



ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional
2ª Conferência Estadual das Cidades

Francisco Alberto Martins Neto

União dos Vereadores do Ceará

Movimentos Sociais e Populares

Renata Moreira da Silva	Federação dos Bairros e Favelas
Luzie Torquato da Costa	Federação de Entidades Comunitárias do Estado do Ceará
Maria Dalva dos Santos	Federação do Movimento comunitário do Pirambu
José Alberto Silva Moreira	Central de Movimentos Populares
Marlene de Freitas Pordeus	Associação Projeto e Família
Ananias Alves Ferreira	Movimento de Conjuntos Habitacionais

Organizações Não Governamentais

Joisa Maria Barroso Loureiro	CEARAH Periferia
Maria Cira de Melo J. Barbosa	Plano Estratégico de Fortaleza/Planefor

Entidades Profissionais e Acadêmicas

Euler Sobreira Muniz	Universidade de Fortaleza/UNIFOR
Renata Marinho Paz	Universidade Regional do Cariri/URCA
Antônio Martins da Rocha Jr.	Instituto de Arquitetos do Brasil/IAB-CE

Entidades Sindicais

Trabalhadores

Linaide Silva Crispim	Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente do Ceará/Sindiagua
André Luiz Pinheiro F. Costa	Sindicato dos Engenheiros/SENGE

Empresários

José Araújo Oliveira	Federação do Comércio do Estado do Ceará
Paula Andréia Cavalcante	Sindicato da Indústria da Construção Civil do Ceará

Conselhos de Classe

Paulo Hermano Mota Barroso	Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia/CREA-CE
----------------------------	--



ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional
2ª Conferência Estadual das Cidades

10.9 REGISTRO FOTOGRÁFICO





ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional
2ª Conferência Estadual das Cidades



ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional
2ª Conferência Estadual das Cidades

CONSULTORIA RESPONSÁVEL
AGÊNCIA



**Tecendo Caminhos
e Oportunidades**

EQUIPE TÉCNICA

COORDENAÇÃO

Aparecida Façanha
Elaine Lima Paiva
Maria José de Andrade Lima

RELATORIA

Aparecida Façanha
Elaine Lima Paiva

REVISÃO

Elisabete Maria Cruz Romão

MODERAÇÃO / SISTEMATIZAÇÃO

Danielle N. Gonçalves
Elisabete Maria Cruz Romão
José Nogueira Sobrinho
Maria Do Socorro Martins Rios
Nara Maria Forte Diogo
Salmira Braga P. Martins
Tereza Cândido Diniz Gonçalves
Vivianny M. Jucá Bezerra

TEAR – Agência para o Desenvolvimento Sustentável e a Inclusão Social
Av. 13 de Maio, 1096 – Sala 303 – Bairro de Fátima
Fone (85) 3227.9940
CNPJ: 07.404588/0001-98



ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional
2ª Conferência Estadual das Cidades
